

conferência nacional

que intervenção das autarquias no desporto?





ORGANIZAÇÃO



Alandroal | Arraiolos | Borba | Estremoz | Évora | Montemor-o-Novo
Mora | Mourão | Portel | Redondo | Reguengos de Monsaraz | Vendas Novas
Viana do Alentejo | Vila Viçosa

APOIO



FEDER/ PORA





FICHA TÉCNICA

Edição

AMDE - Associação de Municípios do Distrito de Évora

Propriedade

AMDE - Associação de Municípios do Distrito de Évora

Coordenação dos textos

Odete Graça

Colaboração

**Rita Felício; Fernando Adrega
e Técnicos de Desporto-Municípios Associados**

Concepção Gráfica

Egora, Criação de Imagem, lda.

Tiragem

1000 exemplares

Data

Setembro de 2005



Índice

ABERTURA

José Miguel Cravo
(Vereador do Pelouro de Desporto
da Câmara Municipal de Estremoz)

INTERVENÇÃO

António Modesto Navarro
António M.P. Neves
Carlos Cardoso
F. Javier Bodas Larrayoz/
Domingo Casado Galán
Firmino Paixão
João Libório
José Vicente Moura
Luís Mourinha
Paulo Rabaça

RESUMO

António Modesto Navarro
Artur José Simões Martins
Carlos Cardoso
F. Javier Bodas Larrayoz/
Domingo Casado Galán
Firmino Paixão
Francisco Sobral
José Vicente Moura
Luís Mourinha
Paula Castro

LISTA DE PARTICIPANTES

CONFERÊNCIA NACIONAL

Que intervenção das autarquias no desporto?



José Miguel Cravo

Vereador do Pelouro de Desporto da Câmara Municipal de Estremoz

Minhas Senhoras, Meus Senhores

Bom dia a todos

Em nome do Presidente da Câmara Municipal de Estremoz, declaro aberta a Conferência Nacional subordinada ao tema "Que intervenção das Autarquias no Desporto?"

A conferência decorrerá na integra neste belo edifício, que dá pelo nome "Teatro Bernardim Ribeiro". A sua inauguração fez-se em 22 de Julho de 1922 pela famosa artista portuguesa Amélia Rey Colaço.

Tinha nesta data o Teatro 816 accionistas. Mais tarde a Câmara Municipal de Estremoz tomou conta desta jóia do Teatro Português, tendo muito recentemente procedido a grandes obras de restauro e remodelação.

Quanto ao funcionamento desta Conferência, gostaria de apresentar a todos os presentes as nossas Boas-Vindas, certos que encontrarão nesta Conferência o enriquecimento e proveito dos vários temas em debate.

Quero agradecer também aos convidados, técnicos e especialistas, a sua presença e colaboração, através das experiências e intervenções que preenchem o programa da Conferência.

A todos desejo um bom trabalho.



O Social e o Político nas Autarquias Locais

António Modesto Navarro

Deputado da Junta Metropolitana de Lisboa

Caros amigos, autarcas, técnicos e todos os participantes, antes de mais o meu agradecimento pelo convite que me foi dirigido e os parabéns por tão boa iniciativa.

Não é possível dissociar a questão desportiva de um mais vasto panorama, a nível nacional, quanto ao desenvolvimento ou subdesenvolvimento em que nos encontramos. Num país onde os sectores produtivos fundamentais foram sistematicamente destruídos, onde a cultura, a educação e a saúde são vistas e tratadas como pouco importantes e nada decisivas, onde se importa já mais de 70% do que se consome - é quase com naturalidade que hoje se pode avaliar que os avanços conseguidos logo após o 25 de Abril, graças a políticas de desenvolvimento alargadas, em que a então Direcção Geral dos Desportos cumpria clara e determinadamente a sua quota-parte, mais não foram do que sonhos de gente que entendia o direito democrático à participação, à prevenção da doença e à saúde, na perspectiva de um avanço determinado para a libertação e afirmação das populações, de grupos e classes sociais mais desfavoráveis.

Esse ponto de clivagem, a integração da cultura, do saber, da criação e da experiência no nosso quotidiano, teve momentos fulgurantes e únicos que marcaram a vida (afinal tão rica e tão efémera) de estruturas do poder central como a Direcção Geral dos Desportos, o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis - FAOJ, a SEC - Direcção Geral da

Acção Cultural, que articulavam acções e projectos de facto perigosos para quem sempre temeu que os povos tomassem os destinos nas suas próprias mãos.

Hoje, vale a pena ter memória para lembrar tudo isto e para o confrontar com a situação em que vivemos. Se, por um lado, o poder local democrático continua a evoluir positivamente na implantação de condições para uma participação alargada, saudável e criativa das populações na vida do país e no seu desenvolvimento, as políticas seguidas, a nível do poder central, mais não são do que a continuidade de um processo de destruição de possibilidades de produzir, de neutralização e eliminação de uma evolução económica, social e cultural que pudesse corresponder aos legítimos anseios do povo e aos interesses mais profundos e decisivos de Portugal.

Na indústria como na agricultura, na educação como na cultura, no desporto como na saúde, aí temos claramente expressos os desígnios e objectivos dos governos, no fomento do atraso e da ignorância, na concentração dos trabalhadores e das populações no litoral e designadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, colaborando activamente no esvaziamento dos interiores norte, centro e sul, que nos levará (se não houver paragem) a uma ainda mais pesada violência e péssima qualidade de vida no litoral e à desertificação irreparável do interior do país.

Em tudo isto, de Abril e da Revolução, restam homens e mulheres que resistem a esta aparente fatalidade e trabalham nas instituições locais e regionais, nas Autarquias, nas associações, nos clubes, nas escolas, nos bairros e freguesias, para que o desastre não seja ainda maior, para



que ainda subsista, algures, no deserto que também os grandes meios de comunicação de massas, nomeadamente a televisão, persistem em aprofundar, subsista essa capacidade de resistência, de organizar, de levar a cabo aquilo que profundamente nos interessa e impulsiona.

Agravam-se as condições financeiras e técnicas do poder local, em todo o país, como se torna mais difícil às associações, aos clubes, às escolas, aos centros de saúde e hospitais, a tudo quanto é importante e decisivo na nossa vida quotidiana, levar a cabo projectos e acções fundamentais para o desenvolvimento integrado em todas as regiões e concelhos.

Também na Área Metropolitana de Lisboa se torna cada vez mais difícil contrair políticas que levam à concentração de dotações e meios na perspectiva de fomentar ainda mais o lucro dos que já são potenciados, em todos os sectores como também no desporto, nessa aposta de tudo ser orientado para a realização de Euro 2004, para o fomento da corrupção e dos jogos inviezados que são já incomodamente evidentes.

Dou-vos um exemplo concreto acerca do que é destruído: Nós tínhamos em Lisboa, na coligação anterior, uma política de desenvolvimento desportivo que era articulada entre a Câmara Municipal, e as Juntas de Freguesia, os clubes e colectividades de bairro, os grupos sociais mais desfavorecidos.

Os Jogos de Lisboa abrangiam já cerca de 30.000 participantes e, em cada ano, mediante candidaturas, com propostas e planos de trabalho, eram atribuídos mais de 200.000 contos (160.000 para obras e 40.000 para

actividades) de financiamentos a acções, projectos, obras e equipamentos dos pequenos clubes e colectividades. As iniciativas mais prestigiantes, de níveis nacional e internacional, integravam-se num todo que contrariava a alienação, a violência e a burrice centradas no futebol profissional, colocando nos campos, nas ruas, nas piscinas e em todos os espaços desportivos e sociais, as crianças, os jovens e os adultos, que organizavam e realizavam os projectos e programas que motivavam o reencontro das pessoas e a alegria de estar vivo e de participar de corpo inteiro e de mente criadora e progressiva.

Não é isso o que agora se passa. Em poucos meses, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa - Santana Lopes e a sua equipa destruíram um programa de formação de professores do 1º Ciclo, que contemplava o equipamento das escolas e a realização de iniciativas de participação das crianças, substituindo-o por um negócio muito mais dispendioso com uma empresa privada, a Play Gymn, de um amigo do presidente, em que a manipulação das crianças e a entrada da propaganda sobre "craques" e competição no espaço escolar são aspectos marcantes e destruidores, aliás também já perceptíveis noutro programa, "Sensibilização à Música", que no 5 de Outubro foi transformado na introdução à manipulação do patriotismo das crianças e professores, que se viram forçados a cantar um hino, o da Restauração, que nada tem a ver com o 5 de Outubro, em que aparecem contaminações do velho fascismo que Santana Lopes tão bem conheceu na Mocidade Portuguesa e no "Jovem Portugal" de má memória.



Entretanto, os clubes e as colectividades dos bairros e das freguesias não têm apoios e subsídios, e, mais grave ainda, um despacho do actual executivo camarário obriga-os a pagar à Autarquia qualquer apoio na cedência de equipamentos e de espaços municipais que sejam solicitados para a realização de iniciativas. As Juntas de Freguesia, as Casas Regionais e todas as entidades não lucrativas que até final de 2001 tinham apoios técnicos e logísticos para avançarem com projectos e iniciativas vêem-se agora confrontados com esta cobrança que vem significar que as colectividades e clubes, é que passam a subsidiar a Câmara na sua inoperância e ânsia de dinheiro a todo o custo.

Posso dizer-vos, por exemplo, que a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, a associação regional mais antiga de Lisboa, pagou recentemente à Câmara Municipal (ou seja, ao executivo de Santana Lopes) 570 euros pela cedência de um espaço exterior do Pavilhão Carlos Lopes, apenas por um dia, e 1.040 euros pelo empréstimo de 100 cadeiras e um palco, se quis realizar a sua festa do 97º aniversário no passado dia 14 de Setembro. As Câmaras Municipais de Alijó e Carrazeda de Ansiães levaram gratuitamente a Lisboa duas bandas de música e um grupo musical, que enriqueceram a vida cultural da cidade, e, em contrapartida, a Câmara Municipal de Lisboa obrigou-nos a pagar, antecipadamente, mais de 1.600 euros por aquilo que anteriormente nos era cedido sem qualquer custo.

Falo-vos disto para dar nota de sinais cada vez mais preocupantes na Área Metropolitana de Lisboa, e em todo o país, quanto à quebra deliberada de dinâmicas populares

de participação e à transformação de tudo isto num negocismo e numa visão economicista que prejudica o que é mais essencial e decisivo, a criatividade e a participação de todos nós na vida quotidiana e na conquista do direito à felicidade construída pelas nossas próprias mãos e capacidade inventiva.

Em Lisboa, Santana Lopes entrega 20 milhões de contos a dois grandes clubes que destroem dois complexos desportivos e constroem agora dois meros estádios de futebol. A diversidade de modalidades desaparece. Fica assim mais comprometida a modernização e humanização de uma cidade que sofre, ainda, a ameaça da colocação de um casino na zona que é o coração da baixa e que devia ser dedicada à cultura e ao reencontro saudável e criativo das populações.

A alienação baseada num desporto que amamos e gostaríamos de ver reconduzido a alfobre de aparecimento de talentos e novas vocações, para esquecermos e superarmos o desastre do recente Mundial de Futebol, o trabalho destruidor e desinformativo dos grandes meios de comunicação, a violência que é introduzida a cada momento naquilo que devia ser a competição exemplar, a corrupção que cresce e teve agora expressões bem elucidativas no processo das eleições para a Federação de Futebol, os milhões que escorrem dos fundos europeus e de áreas fundamentais para os estádios e para o que é improdutivo - tudo isto nos deve levar a pensar que não basta falar de futebol e jogar de bancada, mas sim que todos nós temos a ver com o que se passa e temos de intervir, na defesa do poder local que este orçamento geral de Estado para 2003



visa tão perigosamente, no apoio e na projecção dos pequenos e médios clubes e colectividades que fazem um trabalho ímpar na descoberta de novos e diversos caminhos de prática desportiva, social e cultural.

No fundo, bem no fundo da nossa vida já tão difícil, de ausência de perspectivas de trabalho nomeadamente para os jovens, nesta perigosa concentração dos trabalhadores e das populações nas áreas metropolitanas e no esvaziamento do interior, lá bem no fundo, do que se trata, quando olhamos, por exemplo, um desafio de futebol que decorre na TV, é da nossa existência como país que deve produzir, que deve criar e engrandecer-se, na educação como na saúde, no desporto como na cultura, entendida de forma mais ampla, é esse o nosso desafio, são esses os

nossos grandes desafios, que todos temos de jogar, não temos nada que ser só espectadores de bancada, encharcados em cerveja e vinho, numa brutalidade que nos conduz ao abismo de outros tomarem conta disto, e já tomam, o desafio, os desafios, foram, são e serão sempre, os de participarmos clara e frontalmente no desenho e na realização da vida vivida de corpo inteiro, de alma e coração, com os autarcas e os técnicos que lá bem no fundo todos nós somos, quando tomamos o nosso próprio destino e o transformamos em direitos e deveres, numa cidadania que se quer íntegra, saudável e transformadora da sociedade em que queremos coexistir, jogar e conviver, porque a isso temos direito e todos temos o dever de conquistar a felicidade que ambicionamos e merecemos.



A Autarquia e a Actividade Física para os Deficientes

António M. P. Neves

Presidente da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes

Um Desafio

Abordar o tema, a autarquia e o desporto, tem tanto de aliciante no que diz respeito aos aspectos práticos da actividade desportiva, levada aos cidadãos no seu próprio meio de vivência diária e permanente, a área de residência e a autarquia, como simultaneamente se afigura ser um exercício de reflexão sobre a realidade nacional, no que se refere ao envolvimento das populações na actividade desportiva e como esta participação se distribui no mosaico geográfico do território nacional.

Esta reflexão irá incidir fundamentalmente, sobre os cidadãos portadores de deficiência, a sua adesão à prática desportiva e o papel da autarquia enquanto elemento dinamizador dessa mesma prática.

Antes de nos debruçarmos sobre aspectos mais específicos e pormenorizados, atentemos no que nos dizem os números sobre os aspectos globais e estatísticos da população e do universo de cidadãos deficientes. Os dados aqui apresentados foram recolhidos nas páginas da Internet, referentes ao Censos 2001, da responsabilidade do INE. Segundo os Censos 2001 a população total é de 10 355 824 indivíduos dos quais 634 408 são portadores de deficiência. Este universo de cidadãos deficientes distribui-se de acordo com as tabelas abaixo:

Totais Nacionais

Tipo de deficiência	Homens	Mulheres
Auditiva	43 533	40 623
Visual	77 772	85 743
Motora	88 893	67 471
Mental	38 156	32 900
Paralisia Cerebral	8 004	30 152
Outras	77 553	66 787

Quanto à população deficiente residente no distrito de Évora, temos um total de 9 844 que corresponde a 6,08% dos 161 789 cidadãos residentes neste distrito.

Concelho de Estremoz

Tipo de deficiência	Homens	Mulheres
Auditiva	58	57
Visual	74	73
Motora	111	80
Mental	48	35
Paralisia Cerebral	9	3
Outras	53	68



Para além dos dados estatísticos acima referidos, importa avançar com mais alguns elementos que nos irão permitir fazer uma apreciação e uma análise mais detalhadas sobre o papel da autarquia no desenvolvimento e na prática do desporto para deficientes, de um modo geral, terminando naturalmente com alguns considerandos sobre os aspectos particulares do distrito de Évora e do concelho de Estremoz. Como ponto de partida e no que diz respeito ao envolvimento das autarquias, é do conhecimento geral que existam 308 municípios e 4 251 freguesias.

Quando se pretende levar por diante um debate público sobre o papel a desempenhar pela autarquia, no que concerne à problemática de desporto para deficientes, é porque partimos do pressuposto de que existe uma consciência nacional e uma vontade entre os autarcas, em definir e pôr em prática uma verdadeira política de desenvolvimento e promoção desta área. Naturalmente que a definição de uma política nacional de desporto para deficientes, desde sempre reclamada pela FPDD, deverá ser superiormente enquadrada pelo Ministério da Tutela e devidamente sustentada em legislação revista e adequada. Mas, debrucemo-nos sobre o papel das autarquias. É nosso entender que o desenvolvimento e a promoção da prática desportiva por cidadãos deficientes passa exactamente, pela criação de condições ao nível da autarquia e as escolas, para que, num verdadeiro processo de inclusão, as barreiras arquitectónicas, culturais e técnicas, sejam irradicadas.

Para que um cidadão deficiente possa ter acesso à prática desportiva e que para ela seja cativado, não basta uma vez

por outra que se façam acções de rua, normalmente no dia internacional do deficiente, ou que se organizem conferências ou seminários onde reiteradamente se salientem as grandes virtudes da prática desportiva e no caso dos deficientes, como ela é um factor de integração social e cultural.

É necessário que, com objectividade e pragmatismo, procuremos encontrar a resposta para algumas das questões que, sendo pertinentes, são inevitáveis:

- No que diz respeito a acessibilidade, o Decreto-lei 123/97 tem sido devidamente observado e respeitado? Os cidadãos deficientes residentes no Município conseguem deslocar-se com facilidade, usando os seus próprios meios ou transportes públicos, para os possíveis locais de pratica desportiva?

- As infra-estruturas desportivas existentes no município reúnem as condições mínimas de acessibilidade? Estas condições devem permitir o acesso ao recinto desportivo para quem quer praticar, mas igualmente para quem quer ser espectador.

- Ao nível dos estabelecimentos de ensino existentes, o que se passa quanto às necessidades? A escola inclusa não se esgota no simples facto de substituir os degraus por uma rampa. Para além do corpo docente especializado é necessário que seja assegurada a acessibilidade a todo o espaço escolar, salas de aula, áreas de convívio, de lazer e desportivas.

Sobre o problema dos jovens deficientes em idade escolar e a sua participação em actividades desportivas, importa



referir que, segundo os últimos dados, existem cerca de 75 181 crianças em idade escolar, com necessidades especiais e que, contrariando tudo aquilo que hoje em dia se reclama de direito, a existência de qualquer tipo de deficiência é por si só, motivo justificado para que o aluno seja desde logo dispensado da prática das aulas de educação física. Cabe aqui referir que 2004, por decisão da Comissão Europeia, será o Ano Europeu da Educação pelo Desporto, o que nos leva a pensar que, através das múltiplas acções, desde já programadas, a nível nacional e comunitário, pais e educadores, deverão assumir uma atitude diferente neste contexto, pondo de parte eventuais medidas de super protecção e empenhando-se antes, em estimular e motivar os jovens deficientes para o mundo do desporto.

Igualmente, e esta é a realidade dos nossos dias, ao nível dos hospitais e centros de reabilitação, encontramos um significativo número de cidadãos, jovens adolescentes e não só, vítimas de acidentes de viação ou de trabalho, com diferentes tipos de limitações físicas ou sensoriais, para quem a actividade desportiva seria um importante factor de reintegração social e de reencontro consigo próprios. Para estes casos também não existem programas de acção devidamente estruturados e levados à prática, sendo que estes cidadãos quando regressarem a suas casas, será na sua área de residência e de vivência que deverão encontrar os meios para uma verdadeira inclusão social que necessariamente passa também pela possibilidade da prática desportiva.

Mas voltemos à autarquia e às medidas programáticas que no nosso entender deverão ser observadas sempre que, de

forma prática e objectiva, se pretenda apoiar, promover e desenvolver o desporto para deficientes e os cidadãos que a ele queiram aderir.

O levantamento dos recursos humanos existentes ao nível do conselho, é em nossa opinião, o ponto de partida essencial para que seja possível programar e planificar uma acção deste tipo. A sensibilização e a captação da população em geral e muito particularmente nos meios escolares, para a prática desportiva, afigura-se-nos por vezes de difícil aceitação. Existe ainda muito generalizado, o conceito de que a prática desportiva, por parte de jovens deficientes, não é de todo aconselhável face aos eventuais acidentes físicos que possam ocorrer. Em última instância, numa atitude de super-protecção, há inclusive quem opine que a actividade desportiva deva mesmo ser excluída.

Ao nível das escolas e dos clubes locais quantos técnicos de desporto estão disponíveis para trabalhar com atletas deficientes? Estamos, evidentemente, a falar da prática desportiva nas suas diferentes vertentes, recreação, competição e numa fase mais evoluída, de alta competição e de desporto de alto rendimento. Convém aqui sublinhar que em nós está sempre presente a ideia do desporto pelo desporto e não da actividade física com fins terapêuticos e de reabilitação.

Dos 308 municípios existentes no País, quantos, ao nível dos seus pelouros do desporto, contemplam o apoio ao desporto adaptado? Ou então, como é prática corrente e nos casos em que esse apoio existe, não será ele veiculado através do pelouro de acção social e levado à prática por técnicos dessa área?



E dos cerca de 9 616 clubes ou instituições desportivas espalhados pelo País, quantos têm uma secção de desporto adaptado? Sobre estes podemos responder, cerca de 16 e nenhum no distrito de Évora.

Para que um clube receba cidadãos deficientes que querem praticar desporto e para que seja criada uma secção de desporto adaptado, não é necessário nada mais que não seja alguma capacidade de organização, técnicos preparados e vontade de ir para a frente. Os fantasmas das grandes obras de adaptação, dos meios técnicos especiais, dos grandes investimentos e sobretudo da incapacidade de lidar com deficientes, devem ser em definitivo postos de parte. Qualquer atleta deficiente como qualquer outro, faz desporto porque gosta, e assim manifesta desde logo uma pré disposição para colaborar e por si mesmo, ajudar a ultrapassar as dificuldades do percurso.

Mas então, é igualmente necessário saber quantos cidadãos deficientes residem no conselho, quais os seus escalões etários e tipos de deficiência, para que, através de em contacto individualizado se tente perceber quais as suas preferências, tendências e aptidões, para a prática das diferentes modalidades desportivas.

As infra estruturas desportivas, sendo necessárias, não são imprescindíveis, pois que, algumas modalidades podem ser praticadas ao ar livre ou em recintos improvisados, tais como o atletismo, o vólei sentado, o ciclismo, o remo indoor, o tiro, entre outros, não esquecendo os jogos tradicionais.

Postos estes considerandos é altura de colocar à consideração dos responsáveis autarcas, se realmente estão

interessados e motivados para levar por diante um projecto de dinamização do desporto para deficientes na sua área de jurisdição.

Está a Câmara disposta a aprovar uma verba orçamental para esse projecto, que compreenda a afectação de técnicos, o apoio aos clubes locais, interessados em participar, o apoio logístico minimamente necessário à participação dos atletas, à organização de acções de formação, à promoção de campanhas de informação e de sensibilização, etc., etc? A Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes definiu, como política de promoção e desenvolvimento do movimento do desporto para deficientes em Portugal, o estabelecimento de protocolos de cooperação e parcerias com as autarquias.

São objectivos do estabelecimento desses protocolos:

- Articular recursos e acções com a finalidade de divulgar e incrementar a prática desportiva para o cidadão portador de deficiência, no contexto do desenvolvimento desportivo do Município.
- Promover o Projecto Paralímpico de acordo com o ciclo olímpico em curso.
- Definir princípios e normas claras de relacionamento entre as duas instituições.

No âmbito desta cooperação, são definidas como áreas prioritárias de intervenção:

- O enquadramento técnico
- A formação de agentes desportivos
- A organização de actividades
- A investigação e a produção documental.



Neste contexto competirá à autarquia:

- Promover a formação de agentes desportivos, garantindo, sempre que possível, as instalações e os meios logísticos necessários à realização dessas acções.
- Desenvolver actividades promovendo e dinamizando, na área do concelho, secções desportivas para atletas deficientes.
- Garantir as condições logísticas e a aquisição de serviços necessários à prática desportiva e ao desenvolvimento da mesma para deficientes, junto das Escolas e Clubes, do concelho.

Quanto à FPDD, dará o apoio técnico necessário ao município, no enquadramento técnico das diversas actividades desenvolvidas, bem como às diferentes secções do desporto adaptado que venham a ser constituídas, quer ao nível das escolas, quer dos clubes.

Ao abrigo destes princípios a FPDD já celebrou protocolos de cooperação com alguns municípios, que para além de levarem a efeito as acções acima referidas se disponibilizaram para dar total apoio ao Movimento Paralímpico Português, contribuindo assim para a melhoria das condições de trabalho e treino dos nossos atletas paralímpicos, que com as suas prestações tanto têm prestigiado e dignificado o nosso País.

Ao apresentarmos estes breves apontamentos sobre o papel da autarquia no desporto, não podemos deixar de referir as responsabilidades da FPDD neste processo.

Promover, desenvolver e coordenar o desporto para deficientes em Portugal e representar o Movimento Paralímpico Português nas instâncias internacionais, não é tarefa fácil e toda a sociedade deve estar comprometida nesse projecto, em particular as autarquias e as instituições locais.

Também no mundo do desporto para deficientes, Portugal revela um significativo atraso em relação à Europa Comunitária, embora ao nível da alta competição e no ranking europeu estejamos nos primeiros lugares. Nos últimos jogos Paralímpicos, Sidney 2000, Portugal ficou em 26º lugar a nível mundial, em 11º a nível da Europa e em 8º na Comunidade Europeia. Mas estes excelentes resultados, a que os nossos atletas paralímpicos nos últimos anos nos habituaram, escondem uma realidade que se traduz numa baixíssima taxa de praticantes - 0,3% do universo dos cidadãos deficientes. E ao nível do território nacional as assimetrias persistem pois que a maioria dos cerca de 2 235 praticantes regulares se distribui ao longo da faixa litoral, filiados em 199 organizações desportivas. Destas apenas 16 são clubes ou associações desportivas com secções de desporto adaptado, sendo as restantes, instituições especialmente vocacionadas para o ensino especial e para a reabilitação, tais como CERCI`s, APPACDM`s e as APPC`s, com secções desportivas.



Distribuição das Instituições/Clubes por distrito

DISTRITO	INSTITUIÇÕES/CLUBES
Aveiro	15
Beja	4
Braga	11
Bragança	2
Castelo Branco	5
Coimbra	19
Évora	5
Faro	7
Guarda	2
Leiria	13
Lisboa	41
Portalegre	4
Porto	36
Santarém	12
Setúbal	8
Viana do Castelo	2
Vila real	4
Viseu	2
Açores	4
Madeira	3

Alterar esta situação é um dos desafios que nos propomos realizar e que consideramos ser urgente levar por diante. A captação de novos praticantes para que a taxa de atletas deficientes suba significativamente e a multiplicação de secções de desporto adaptado, ao nível dos clubes e associações desportivas já existentes e das escolas, são a meta a atingir. Este objectivo exige uma estreita cooperação e colaboração entre a FPDD e as autarquias para que o direito à igualdade de oportunidades e à prática desportiva sejam uma realidade, a curto prazo, no todo nacional. Vejamos agora e de forma sucinta o que se passa no concelho de Estremoz. Dos 669 cidadãos portadores de deficiência, 285 têm menos de 55 anos de idade, pelo que poderão ser, naturalmente, considerados potenciais praticantes desportivos. No entanto não existe qualquer registo de praticantes regulares assim como se desconhece a existência de clubes ou colectividades com secções de desporto adaptado. Aqui está uma realidade que urge ultrapassar, mas que de qualquer forma é um reflexo do panorama nacional.

População deficiente por escalão etário, Estremoz

IDADE	DEFICIENTES H/M
Com menos de 16 anos	36
Dos 16 aos 24	40
Dos 25 aos 54	209
Dos 55 aos 64	106
Com mais de 64	278
Totais	669



Se subirmos ao nível de distrito os valores encontrados para o distrito de Évora são igualmente desanimadores. Dos 9 844 cidadãos deficientes apenas 90 praticam desporto federado, representando cinco instituições, distribuídas por dois dos 14 concelhos do distrito.

Ao elaborarmos este documento preocupamo-nos sobretudo em fazer uma breve caracterização do panorama nacional no que diz respeito à problemática da deficiência e do desporto para deficientes, procurando apontar linhas orientadoras e estratégias que conduzem à prossecução dos objectivos definidos na Carta das Nações e no Art.º 93 da Constituição da República que consagra o direito à prática desportiva por todos os cidadãos.

Os diagnósticos feitos ao nível do distrito e do concelho são meros exemplos que nos permitem reflectir sobre o muito que há a fazer neste campo e como o papel das autarquias se revela ser de extrema importância para que os resultados sejam alcançados.

A FPDD reitera o firme propósito de em estreita colaboração com as autarquias, através da assinatura e acordos bilaterais, continuar a pugnar por uma verdadeira política nacional de desenvolvimento do desporto para deficientes e pelo recurso à prática desportiva como via privilegiada e essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.



As Autarquias e o Sistema Desportivo Português

Carlos Cardoso

Presidente da Confederação Desporto de Portugal

Sr. Presidente da mesa, caros amigos. Claro que me cabe aqui uma tarefa que eu considero impossível, que é substituir contra programa, o Dr. José Manuel Constantino, numa área em que ele é realmente uma das pessoas mas habilitadas para falar, tem como sabem mais de duas dezenas de anos numa Autarquia, tem uma posição de tal maneira no desporto, que deste anteontem é Presidente do IND. E portanto, quando me coube substituí-lo, logicamente que desfraldará um bocado a expectativa em relação ao que ele poderia dizer.

Feita esta introdução vou tentar, falar da questão das Autarquias e o Desporto, utilizando a minha experiência ao nível do atletismo, na área de onde eu provenho, e que por acaso é a modalidade que tem talvez mais interação com as Autarquias em todo o país. Neste sentido, aplicarei mais a questão prática do que a questão teórica. Em relação a este tema, eu costumo dizer que, tenho 55 anos de existência e 28 de vida na modalidade. A fronteira entre o Portugal Arcaico e o Moderno ... em 1974. Mas penso que nenhum de nós tem duvida que o Portugal Antigo não tinha espaço no mundo civilizado de hoje. E se isto, é verdade para as realidades dos sectores nacionais, por maioria de razão, ele se aplica ao desporto. Pois na realidade, foi o desporto, uma das principais áreas da nossa sociedade a compreender e a adaptar-se às novas realidades. Penso que muitos saberão e estão lembrados

do movimento que se gerou imediatamente após a revolução de Abril, nas áreas desportivas. No contexto das transformações sociais, culturais e económicas, foi definida a politica desportiva, tendo por base o acesso à prática desportiva a qual deveria ser um direito de todos nós, o que aliás deveria ser consagrado imediatamente na Constituição Portuguesa em 1975. É em simultâneo com estes inovadores, vontades das populações e com base nestes pressupostos que se verifica o primeiro contacto, entre as recém criadas comissões de moradores e outros órgãos então não referendados com o desporto. Quase de imediato surgem as primeiras iniciativas e as primeiras experiências, envolvendo jovens. Iniciativas por exemplo, como o "Atletismo à porta de casa" que teve um êxito assinalável, propagando-se a outras modalidades, e tendo desde a primeira hora o apoio, da Direcção Geral dos Desportos, então, liderada pelo Prof. Melo de Carvalho. É o desporto levado à prática por todos e é o mudar subitamente de mãos às organizações ao nível nacional.

O importante no meio associativo desportivo que apesar de mais ou menos controlado, conseguia sobreviver num país em que o associativo era proibido, via-se agora em liberdade, confrontado com quase insuperáveis desafios. Esta via não só as suas tradicionais fontes de rendimento, como a quotização dos seus associados, e também a ajuda financeira diminuírem, e via-se outros apoios que eventualmente na altura tinha. Por outro lado assistia-se sem conseguir intervir, à invasão das suas tradicionais esferas de influência. Mas tudo tem o seu tempo, o voluntarismo das populações acaba por arrefecer, e muito





embora as sementes então lançadas haveriam já de renascer.

A última década do séc. XX, através dos órgãos Autárquicos, democraticamente eleitos. No terreno tinham ficado entretanto as estruturas estatais levando ao nascimento sem que ninguém desse conta do modelo que, apesar das susceptíveis alterações governamentais entretanto operadas, tem guiado o desporto nacional até aos dias e hoje. O modelo curiosamente típico da gestão centralizada, mas que paradoxalmente tem moderado nos países da Europa Meridional. Em ultimo modelo sendo perigoso, para nós é que é um modelo que serve a qualidade desportiva em anos e em termos de questão económico que entra em colapso em períodos de recessão. No entanto a nível local, nem tudo se tinha perdido e a medida que as necessidades básicas das populações foram sendo supridas, actividades desportivas tornaram uma preocupação, para os órgãos democraticamente eleitos do poder local. Com as infra-estruturas desportivas para ... competições, o apoio a clubes acabam de constituir e construir a meritória obra do poder local em prol do desporto. Devo lembrar-lhes o seguinte, que, as estruturas inexistentes então ao nível desportivo, assentavam essencialmente nos clubes, clubes esses que normalmente possuíam nas suas diferentes equipas (escalões), diversos atletas um número superior que necessitavam. E fazendo o link para o atletismo, nós encontrava-mos com a modalidade centralizado essencialmente nos anos 70, em dois clubes principais (Benfica e Sporting), que de certo modo controlavam todos os atletas que apareciam, aos jovens que despontavam ao

nível nacional. Tínhamos eventualmente alguns atletas no Norte (Porto), e um ou outro que aparecia sem ser ligado a estes dois clubes. O atletismo nacional e a selecção nacional baseavam-se no empenho desses atletas. Logicamente que isto é o ritmo que nós tínhamos. O atletismo que enfim era um atletismo da cauda da Europa, sem expectativas de resultados, que nunca tinha tido medalhas, em qualquer competição internacional, um atletismo de consumo interno. À medida que se começam a realizar e a desenvolver acções ao nível de todo o país, aparecem outros jovens e não só noutras modalidades com qualidades e eventualmente e imediatamente, começa a haver uma migração, desses jovens que se destacavam para os clubes de Lisboa. Acontece durante um período, de dez anos, até meados da década de 80. As dificuldades económicas que esses clubes tinham, a centralização da modalidade, começava a passar. Levam a sistematicamente, primeiro escorar escalões de formação, emagrecer o mais possível as suas equipas. O que é que isto quer dizer? Que a formação se fazia, porque era muito mais fácil encontrar jovens aqui e acolá, através de iniciativas que tinham sempre o apoio autárquico, e por vezes escolar. E o segundo, o emagrecimento das suas equipas mesmo ao nível de juniores e seniores, levava a que o leque que podia suprir as dificuldades numa eventual selecção nacional, seria cada vez mais restrito. Por outro lado, como à pouco dizia os órgãos autárquicos começarem a ter capacidade para intervir e construir instalações desportivas, colocar nelas alguns técnicos que pudessem acompanhar alguns jovens que iam despontando. Leva a um aparecimento, cada vez mais



espalhado num país de mais jovens capazes de evoluir na modalidade. Ora bem cria-se então um problema. Vamos criar expectativas, ter mais jovens, atletas ao nível de escalões inferiores. E o que fazer quando eles passam a juniores ou a seniores? E aí cabe quando a mim o papel importante das autarquias, é o apoio aos clubes locais que possam realmente acomodar esses jovens ou menos jovens que vão surgindo nas modalidades. É isso que tem acontecido um pouco no país, é este o trabalho que tem sido desenhado na modalidade do Atletismo, com as autarquias, e que tem levado a incentivar e à obtenção de apoios e também fazendo sentir a necessidade da construção de infra-estruturas desportivas, que possam acolher esses jovens. Claro que todos estes clubes que eu falo não poderiam certamente sobreviver sem realmente o apoio autárquico, quando se fala muito que neste momento, o modelo do desporto existente em Portugal, está acabado. O modelo que se baseia essencialmente na distribuição de verbas ... neste caso do INDE. Claro que não acredito,

neste momento que as autarquias possam ... completamente essas necessidades, mas não há dúvida que elas podem ser um complemento muito importante para o desempenho, e para o desenvolvimento destas infra-estruturas desportivas.

Mais exemplos ainda, é que num caso recente quando a França foi campeã do mundo de futebol, os responsáveis Franceses diziam que o número de jovens que iam chegar aos clubes franceses em face do desempenho da sua selecção nacional, ia ser de tal modo, que teriam que aproveitar apenas cerca de 1/3 desses jovens, deixando de fora 2/3 sem saber a sua qualidade ou não. Tudo isso acontecia com o apoio autárquico em França em relação a esses mesmos clubes.

Eu acho que o papel das autarquias no actual futuro do desporto em Portugal, vejo uma componente fundamental na prestação desportiva, na possibilidade dos jovens ... nas suas carreiras e sobretudo do aproveitamento do investimento humano, a nível da unidade escolar.



Apoyo al Deporte Municipal desde la Diputación de Badajoz

F. Javier Bodas Larrayoz

Director del Área de Cultura y Acción Ciudadana

Domingo Casado Galán

Jefe de Servicio de Actividades Culturales y Deportivas

Diputación de Badajoz

En nuestro marco institucional se ordena a los poderes públicos el fomento de la educación física y el deporte. De ello podemos derivar dos principios fundamentales:

"el de igualdad de los ciudadanos en el acceso al deporte
"y el de la promoción de la actividad deportiva de base, deporte para todos.

La exigencia de que los poderes públicos atiendan favorablemente el fenómeno deportivo, consagra el deber de los mismos de fomentar, proteger y garantizar el acceso de todos los ciudadanos, sin distinción, a la práctica deportiva, como un valor importante en el desarrollo individual y en el progreso colectivo de la comunidad.

En virtud de esta filosofía deportiva, la Ley del Deporte de Extremadura viene a desarrollar una serie de instrumentos para conseguir los principios antes sentados. Se pueden enumerar como básicos:

"La planificación de las actuaciones de las distintas administraciones públicas

"La racionalización en la construcción y equipamiento de las instalaciones deportivas.

"El reconocimiento formal de las entidades deportivas de base

"La obligación de asegurar los principios democráticos en

los agentes deportivos tradicionales

La Ley no olvida que la actividad deportiva actúa como factor preventivo de conductas antisociales, fomentando el deporte escolar en el marco del sistema educativo extremeño.

Asimismo, se destaca la posición de los Entes locales como auténticos motores de la práctica deportiva, a los que se les atribuyen las competencias en la promoción deportiva y en la construcción, mejora y buen uso de las instalaciones de su territorio.

Pues bien, si echamos la mirada hacia adelante, atalayando ya lo que será el presente siglo XXI, nos encontramos con una más que probable y necesaria disminución de la jornada de trabajo. La franja horaria destinada al ocio crecerá de manera sustancial, tal como ha venido ocurriendo a lo largo del tiempo desde la Revolución Industrial, quizá dando un salto cualitativo. Esto provocará una carrera desbocada hacia la ocupación de este tiempo de ocio por todo tipo de intereses, muchos probablemente espúreos, individualistas y corporativos, que pretenderán rentabilizar económicamente este tiempo libre, esta franja creciente de ocio, y desarrollarán una desmesurada vocación por su manipulación ideológica, o por una pretendida ausencia de ideología, que viene a ser lo mismo.

Frente a la explotación mercantilista de este espacio de libertad que es el tiempo de ocio, las instituciones deberán ofrecer a los ciudadanos la más amplias posibilidades de ocupar este ocio con el disfrute de la cultura y, por supuesto, con la práctica del deporte.

En este sentido, las Diputaciones Provinciales han de





cumplir el rol de ser una de aquellas instituciones que, sin dirigismos, ayuden, colaboren, financien, inspiren y posibiliten el acceso a la práctica deportiva de los ciudadanos en el ámbito de los municipios, fundamentalmente de aquellos que más en precario se encuentren.

Debe apuntarse a un horizonte, en el cual el marco competencial municipal respecto al deporte se amplíe a partir del principio de subsidiariedad. Ha de promoverse, al respecto, el reconocimiento de la responsabilidad de los Ayuntamientos sobre todos los servicios deportivos, así como la correspondiente dotación financiera, configurando así lo que viene a llamarse un ente intermedio, resultante de la confluencia de las competencias autonómicas cuya gestión se delega.

Dada la realidad municipal, resulta imprescindible un esquema de administración local que haga frente a las graves dificultades que tienen los ayuntamientos para ejercer sus funciones cada uno por su cuenta. Un esquema de administración local que permita agregar esfuerzos, resolver problemas de manera conjunta, promover servicios en red, generar economías de escala, multiplicando así los recursos disponibles.

Para desarrollar esa misión de manera efectiva, con una mayor incidencia, las diputaciones deben evitar la dispersión de sus recursos en todas las direcciones. Es fundamental concentrar los recursos en unas líneas de actuación precisas, las más necesarias para el conjunto de los municipios de la provincia.

Una de estas líneas, por supuesto, es la que se refiere al mundo del deporte.

La Diputación Provincial de Badajoz mantiene abiertas tres líneas de trabajo para la promoción del deporte:

1. Convenio de Dinamización Deportiva Municipal, suscrito con la Junta de Extremadura y la Diputación Provincial de Cáceres.
2. Convenios con las Federaciones Deportivas de la Provincia
3. Subvenciones a distintos Clubes Deportivos

Dinamización Deportiva Municipal

Básicamente se trata de fomentar y desarrollar las actividades deportivas en las instalaciones públicas de las entidades locales extremeñas, al objeto de conseguir unificar sus recursos para un mejor aprovechamiento de los mismos y su puesta a disposición de los ciudadanos.

Está dando excelentes resultados:

- "Mejora de la gestión de las instalaciones
- "Promoción del deporte de base
- "Salida profesional a técnicos titulados de la Universidad
- "Creación de expectativas entre los ciudadanos

Programa de Dinamización Deportiva Municipal

El Programa de Dinamización Deportiva Municipal se ha establecido para mancomunidades o agrupaciones de municipios, siempre que éstos tengan menos de 20.000 habitantes, y con este programa se pretende ayudar a que los Ayuntamientos hagan frente a una actividad que es responsabilidad municipal, ya que el fomento del deporte de base y la práctica de hábitos saludables corresponde,



como se ha citado anteriormente, de acuerdo con la Ley del deporte de Extremadura, a la Administración Local.

Se pretende contribuir a la práctica deportiva en aquellos núcleos de población con menos recursos económicos. Se trata de encaminar estos recursos económicos a la consecución del libre acceso al deporte de todos los pueblos de la provincia, guiándose por los principios de solidaridad y rentabilidad social. Al exigir la agrupación de varios ayuntamientos, las acciones subvencionadas por el Programa son más asumibles por ellos desde el punto de vista económico.

Primer convenio: Decreto de 30 de Julio de 1996

Segundo convenio: Decreto de 21 de Abril de 1998

Actual convenio: Decreto 11 de Septiembre 2001

Perfil del dinamizador

Además de las tareas propias de un monitor de actividades deportivas, desempeñan las siguientes funciones:

- Realización de las tareas de organización requeridas por los municipios.
- Elaboración de estudios e informes técnicos dentro de su ámbito para el desarrollo del P.D.D.M u otros programas que la Dirección General de Deportes o las Diputaciones Provinciales consideren oportunos, dentro del ámbito deportivo.
- Asesoramiento a los Municipios asociados en cuantos temas se susciten en el desarrollo del P.D.D.M., incluida la gestión de recursos extraordinarios.
- Planificación de las competencias deportivas de los Municipios asociados para la realización del P.D.D.M.
- Gestión de los elementos que integran el sistema deportivo local adscrito al P.D.D.M.
- Responsabilizarse de la ejecución del P.D.D.M. y realizar las labores de seguimiento y evaluación de las diferentes actividades, presentando la correspondiente Memoria.
- Coordinar las actividades deportivas del P.D.D.M. con las promovidas por las Administraciones firmantes y otras entidades públicas y privadas.
- Conexión y coordinación con organizaciones, grupos, estamentos, entidades y asociaciones.



Covenio actual:

- Se aportan más recursos para su financiación
- Se incrementa el periodo anual para la práctica deportiva de dinamización
- Se aportan nuevos recursos económicos para material deportivo

Beneficiarios:

- A - Mancomunidades de municipios, siempre que ninguno de sus miembros, individualmente considero, supere los 20.000 habitantes
- B - Los Municipios y/o Entidades Locales Menores, en número no inferior a tres, que establezcan convenios específicos para este fin, sin que ninguno de ellos individualmente considerado los 20.000 habitantes.

Ayudas:

- Contratación de:
 - Licenciados en Educación Física
 - Maestros especialistas en Educación Física
 - Técnicos Superiores en Animación de Actividades Físicas y Deportivas
- Duración del contrato: 2002, 2003, 2004
- Número de contrataciones: mínimo 100
- La ayuda para material deportivo se repartirá a lo largo de los tres años del convenio

Financiación

	2002	2003	2004	Total
Junta Extr.	883.575,54	900.646,04	918.057,95	2.702.279,53
Dip. Badajoz	441.787,77	450.323,02	459.028,97	1.351.139,77
Dip. Cáceres	441.787,77	450.323,02	459.028,97	1.351.139,77
Total	1.767.151,08	1.801.292,08	1.836.115,90	5.404.559,06



Duración del Convenio:

Hasta el 31 de Diciembre de 2004 (*)

Comisión de seguimiento

- Cuatro representantes de la Consejería de Cultura
- Dos representantes de cada una de las Diputaciones

Criterios de selección de beneficiarios

- Número de beneficiarios, medios técnicos y materiales con que cuenta cada uno de los municipios
- Viabilidad del proyecto de programa
- Problemas de la dispersidad geográfica
- Actividades realizadas en la última temporada deportiva
- Colaboración con los Programas de la Dirección Gral. De Deportes de la Junta de Extremadura y las Diputaciones Provinciales.

Aportaciones económicas de los beneficiarios

- La diferencia que resulte entre la cantidad recibida como ayuda y el importe total del contrato de Dinamizador Deportivo
- Las cantidades que se deriven de los desplazamientos de los dinamizadores

Gracias a este convenio se han podido contratar:

- 59 dinamizadores deportivos en la provincia
- que atienden a 170 municipios
- repartidos en 13 mancomunidades y 24 agrupaciones de municipios.

Convenios con federaciones deportivas

Se trata de unos convenios anuales que se firman con doce federaciones y entidades deportivas y que tienen por objeto

- la promoción del deporte de base en cada una de sus correspondientes modalidades deportivas
- el desarrollo de cursos para técnicos y árbitros
- la realización de concentraciones y encuentros comarcales
- la celebración de un "Trofeo Diputación" de ámbito provincial

Con esta actividad se ha llegado a 115 Municipios en la pasada temporada, con un total de más de 12.000 participantes.



**Convenio con federaciones y entidades deportivas de la
provincia de Badajoz**

Federación	Euros
Baloncesto	27.045,54
Balonmano	33.055,66
Voleibol	24.040,48
Tenis de mesa	9.015,18
Atletismo	24.040,48
Piragüismo	27.045,54
Ajedrez	6.010,12
Natación	18.030,36
Baloncesto silla de ruedas (MIDEBA)	24.040,48
Orientación	6.010,12
Ciclismo	13.522,77
Fútbol Sala	15.025,30
TOTAL	226.882,03



Otras subvenciones a clubes

A - Subvenciones a clubes en virtud de su nivel competitivo

Clubes	Euros
Círculo Baloncesto Badajoz	24.040,48
Club Deportivo Jerez	24.040,48
Club Deportivo Doncel	24.040,48
Fútbol Femenino Puebla de la Calzada	9.015,18
Voleibol Badajoz	9.015,18
Fútbol Femenino Mérida	9.015,18
Baloncesto EBA - Mérida	6.010,12
Baloncesto EBA - Don Benito	6.010,12
Baloncesto EBA - Llerena	6.010,12
C. D. Badajoz Industrial	3.005,06
C. D. Puerta Palmas	3.005,06
TOTAL	123.207,46

B - Otras subvenciones a pequeños clubes, no inmersos en las competiciones nacionales o regionales, con un máximo de 900 euros.

Programa de "Actividades de aventura"

Realización de 13 actuaciones en otras tantas poblaciones de la provincia de Badajoz:

A - Programa de promoción de los deportes alternativos y de aventura:

- 8 actividades de tres días cada una

B - Programa de actividades en la naturaleza:

- Actividades con una duración de dos días (dos actuaciones)
- Actividades con una duración de cinco días (una actuación)
- Actividades con una duración de siete días fuera de la provincia (dos actuaciones)

* Localidades de menos de 20.000 habitantes

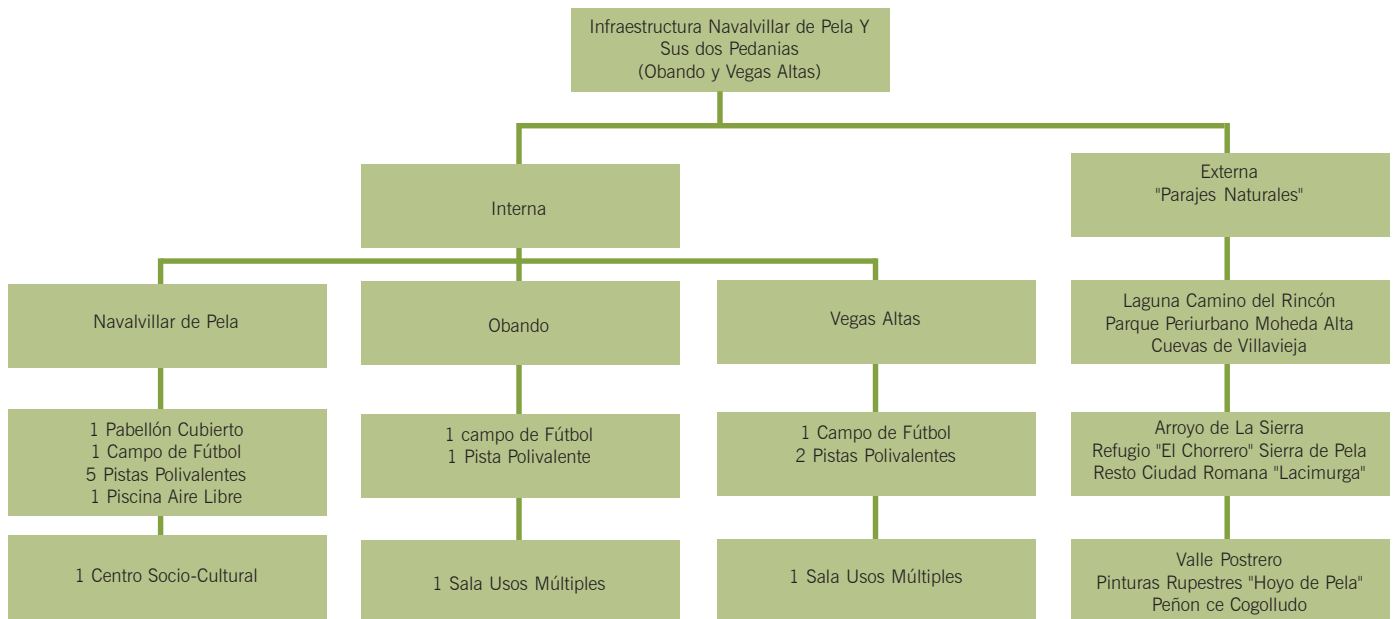
* 24.040 euros



Ayuntamiento de Navalvillar de Pela

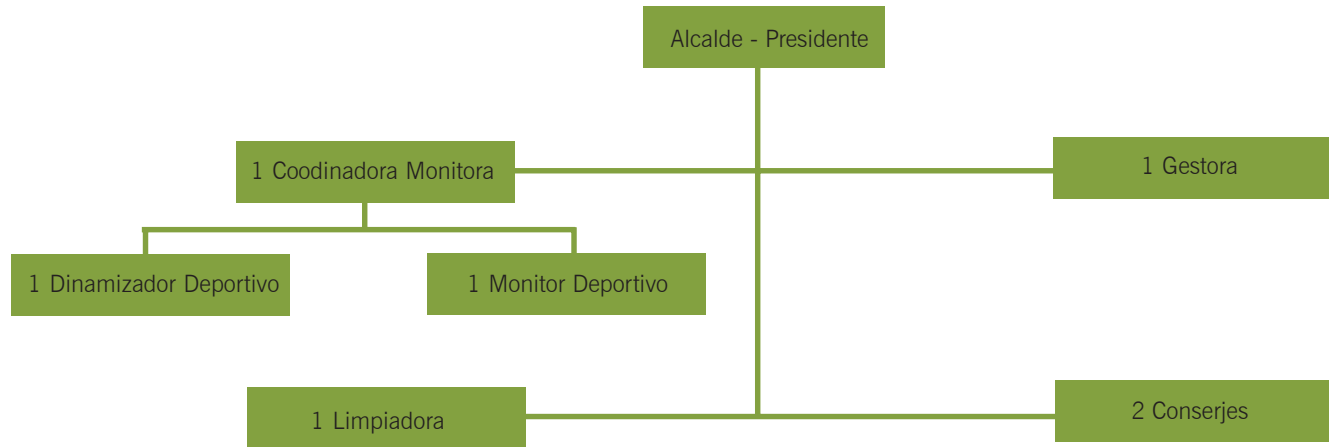
Programa de Dinamización Deportiva Municipal

INFRAESTRUTURA





RECURSOS HUMANOS



Programación del Servicio Municipal de Deportes (Navalvillar de Pela, Obando y Vegas Altas)

La programación del Servicio Municipal de Deportes se elabora atendiendo a las necesidades de los usuarios y tratando de desarrollar las expectativas y necesidades de los mismos, teniendo en cuenta el colectivo al cual va dirigido cada uno de nuestros servicios deportivos

CARACTERÍSTICAS DE LAS ACTIVIDADES DEPORTIVAS

1. De formación física y psíquica
2. Para el mantenimiento físico y la salud
3. De ocio o entretenimiento
4. De competición amateurs

ACTIVIDADES DEPORTIVAS QUE DESARROLLAMOS

- Escuelas Multideportivas (De 3 a 10 años)
- Escuelas Deportivas (A partir de 11 años)
- Programa de la Actividad Física y la Mujer (A partir de 18 años)
- Ligas Locales de Fútbol-Sala (A partir de 15 años)
- Gimnasia Gerontológica (3ª Edad)
- Actividades en la Naturaleza (Todas las edades)
- Eventos Deportivos
- Actividades de Deportes para Todos (Todas las edades)



ESCUELAS MULTIDEPORTIVAS
(De 3 a 10 años)

Las Escuelas Multideportivas las dividimos en tres fases:

Multideportiva I (3, 4 y 5 años)

Multideportiva II (6 y 7 años)

Multideportiva III (8, 9 e 10 años)

MULTIDEPORTIVA "I" (3, 4 y 5 años – Educación Infantil)

OBJETIVOS

Desarrollar las habilidades perceptivas a través de las tareas motrices habituales (caminar, tirar, empujar, sentarse, sostener, levantar objetos, saltar, ...)

CONTENIDOS

1. La percepción de uno mismo y de las propias posibilidades de movimiento.
2. La percepción del entorno.

MULTIDEPORTIVA "II" (6 y 7 años – Primer Ciclo Educación Primaria)

OBJETIVOS

Desarrollar las habilidades y destrezas básicas (desplazamientos, saltos, giros, lanzamientos, recepciones, ...)

CONTENIDOS

1. Movimientos que implican fundamentalmente el manejo del propio cuerpo
2. Movimientos en los que la acción fundamental se centra en el manejo de objetos

MULTIDEPORTIVA "III" (8, 9 y 10 años – Segundo Ciclo Educación Primaria)

OBJETIVOS

Iniciar a las tareas motrices específicas. (predeportes con baja organización y muy globalizada su enseñanza)

CONTENIDOS

1. De carácter lúdico-recreativo
2. De carácter utilitario-laboral



ESCUELAS DEPORTIVAS
(A partir de 11 años)

ESCUELAS DEPORTIVAS ORGANIZADAS EN ESTE SERVICIO DE DEPORTES

Escuela Deportiva de Fútbol
Escuela Deportiva de Fútbol-Sala
Escuela Deportiva de Voleibol
Escuela Deportiva de Ajedrez
Escuela Deportiva de Piragüismo

OBJETIVOS:

Desarrollar las tareas motrices específicas de cada modalidad deportiva.
Desarrollar la condición física general

CONTENIDOS:

Preparación Física Preparación Táctica
Preparación Técnica Preparación Psicológica

APLICACIÓN REAL

Toda Escuela Deportiva organizada por este Servicio se divide en 5 categorías:

1. – ALEVÍN:	10 – 11 años – Tercer Ciclo Educación Primaria - Etapa de conocimiento global de la modalidad deportiva escogida (deportes/ adaptados) - Competición en forma de convivencias zonales e interzonales (JUDEX)	
2. - INFANTIL	12 – 13 años – Primer Ciclo E.S.O. Etapa de Iniciación Deportiva	Competición JUDEX
3. - CADETE	14 – 15 años – Segundo Ciclo E.S.O. Etapa de Desarrollo Deportivo	Competición JUDEX
4. - JUVENIL	16, 17, 18 años – BUP Etapa de perfeccionamiento deportivo	Competición Federada
5. - SENIOR	A partir de 18 años Etapa de madurez deportiva	Competiciones Federadas



PROGRAMA DE LA ACTIVIDADE FÍSICA Y LA MUJER (A partir de 18 años)

Este Programa nace ante la importancia social que se le concede hoy en día al aspecto físico y a la salud.

OBJETIVOS

Concienciar a las personas de los beneficios inmediatos de la práctica de ejercicio físico.

Los podemos sintetizar en dos:

1. Beneficios de tipo psico-social-autorrealización
2. Beneficios de tipo higiénico-mejor salud- más vigor y vitalidad

CONTENIDOS

Aeróbic

Step

Mantenimiento

Acuaeróbic (sólo en verano)

GIMNASIA GERENTOLÓGICA

(3ª. Edad)

A las personas de estas edades hay que hacerles comprender que en muchas ocasiones no limitan los años, sino las mentalidades.

OBJETIVOS

Mejorar su capacidad cardio-respiratoria y vascular

Mantener ciertos niveles de movilidad articular y de elongación muscular

Lograr distracción y sociabilidad

CONTENIDOS

Ejercicio físico de bajo impacto

Juegos Populares

Bailes de Salón



OUTRAS ACTIVIDADES (Todas las edades)

ACTIVIDADES EN LA NATURALEZA

El medio natural es a la vez iniciación y pretexto para la práctica del ejercicio físico

Entre otras, organizamos las siguientes actividades:

Senderismo en la Escuela

Senderismo para Adultos

Campamentos Multiaventuras

Salidas con bicicletas todo terreno (BTT)

EVENTOS DEPORTIVOS

Los Eventos Deportivos tratan de dar respuesta a los usuarios-expectadores de los servicios deportivos. También tratan de promocionar las diferentes modalidades deportivas que se practican dentro del Servicio de Deportes.

Algunos de los eventos deportivos de los que organizamos son:

- Organización de Torneos, Copas, Finales Autonómicas, ...
- Acoger Entrenamientos de las Selecciones Autonómicas
- Recorrido de la Antorcha Olímpica contra la Droga
- Competiciones Locales de Natación
- Cursos de Formación Deportiva

ACTIVIDADES DE DEPORTE PARA TODOS

El Deporte para Todos tiene un fin formativo de carácter integral y se preocupa por la salud, pero además tiene un componente importante de recreación. Atiende a todas las edades y a todos los individuos sin exclusión por ningún concepto.

Algunas de las actividades que organiza nuestro servicio de deportes son:

12 Horas de Badminton

Día sobre Ruedas

Día del Deporte

24 Horas de Fútbol-Sala

Encuentros Integracionales

TRI * 3



EVOLUCIÓN DEL PROGRAMA

Participantes

Modalidad	97/98	98/99	99/00	00/01	ACTUAL (01/02)
Fútbol-Sala	28	100	61	48	37
Voleibol	89	186	171	81	94
Fútbol	0	0	36	16	78
Piraguisimo	51	49	0	0	0
Ajedrez	0	0	78	52	30
Esc. Multideportiva	71	202	156	149	101
Progr. Mujer	21	41	78	84	44
Gerontogimnasia	0	19	27	13	24
Actividades Naturaleza	0	0	135	149	195
Liga Local Fútbol-Sala	0	0	158	72	115

PRESUPUESTO. (I)

CONCEPTO	IMPORTE ANUAL	APORTACIÓN AYUNTAMIENTO	SUBVENCIÓN JUNTA EXTREMADURA	
GASTOS PERSONAL ESPECIALIZADO:				
-1 Dinamizador Deportivo	20.185,93• (3.358.656 Pta)	5.595,76• (931.056 Pta)		
-1 Monitor Deportivo	12.517,64• (2.082.760 Pta)	12.517,64• (2.082.760 Pta)	14.590,17	(2.427.600 Pta)
-1 Coordinadora- Monitora	9.015,18• (1.500.000 Pta)	9.015,18• (1.500.000 Pta)		
TOTAL GASTOS PERSONAL ESPECIALIZADO	41.718,75• (9.941.416 Pta)	27.128,58• (4.513.816 Pta)	14.590,17•	(2.427.600 Pta)
Porcentajes aportaciones gastos personal especializado			65,02%	34,98%
GASTOS OTRO PERSONAL:				
- 1 Conserje-Encargado (jornada completa)	11.466,16• (1.907.808 Pta)	11.466,16• (1.907.808 Pta)		
- 1 Conserje-Encargado (media jornada)	5.733,08• (953.904 Pta)	5.733,08• (953.904 Pta)		
- 1 Limpiadora Instalaciones Deportivas	11.466,16• (1.907.808 Pta)	11.466,16• (1.907.808 Pta)		
- Dietas y kilometraje	1.682,83• (280.000 Pta)	1.682,83• (280.000 Pta)		
Porcentajes aportaciones gastos personal especializado			100%	0%
TOTAL GASTOS OTRO PERSONAL	27.348,23• (4.563.336 Pta)	27.348,23• (4.563.336 Pta)	14.590,17•	(2.427.600 Pta)
GASTOS DE EQUIPAMIENTO	3.125,26• (520.000 Pta)	2.626,25• (436.972 Pta)	499,01•	(83.028 Pta)
Porcentajes aportaciones equipamiento		84,03%	15,97%	



PRESUPUESTO. (I)

CONCEPTO	IMPORTE ANUAL	APORTACIÓN AYUNTAMIENTO	SUBVENCIÓN JUNTA EXTREMADURA
ARRENDAMIENTO MOBILIARIOS Y ENSERES	300,51 • (50.000 Pta)	300,51 • (50.000 Pta)	0 • (0 Pta)
MANTENIMIENTO INSTALACIONES (Luz, productos limpieza, teléfono, ...)	8.513,35 • (1.416.502 Pta)	8.513,35 • (1.416.502 Pta)	0 • (0 Pta)
GASTOS DIVERSOS (Transporte, fichas, avales deportivos, mutualidades, trofeos, ...)	3.365,67 • (560.000 Pta)	3.365,67 • (560.000 Pta)	0 • (0 Pta)
GASTOS COLABORACIÓN CON OTRAS ENTIDADES	4.207,08 • (700.000 Pta)	4.207,08 • (700.000 Pta)	0 • (0 Pta)
TOTAL OTROS GASTOS	16.386,61 • (2.726.502 Pta)	16.386,61 • (2.726.502 Pta)	0 • (0 Pta)
Porcentajes aportación otros gastos	100%	0%	

PRESUPUESTO DEL PROGRAMA

TOTAL PRESUPUESTO DEL PROGRAMA	91.578,85 • (15.237.438 Pta)	76.489,67 • (12.726.810 Pta)	15.089,18 • (2.510.628 Pta)
Porcentajes aportación al presupuesto total		83,52%	16,48%



O Desporto e as Autarquias na Comunicação Social

Firmino Paixão

Jornalista

Ex^a Vereadora do Pelouro da C. M. Vendas Novas (D. Maria do Carmo Marques); Ex^o Nuno Branco da mesma autarquia; Sr. Vice-Presidente da Confederação do Desporto de Portugal (Prof. Carlos Cardoso); Ex^{os} autarcas, técnicos, dirigentes de uma forma genérica; Ex^{os} congressistas...

Chamo-me Firmino Paixão, tenho 49 anos, vivo o meu dia-a-dia na cidade de Beja, também em pleno coração do Alentejo.

Uma realidade que é comum às pessoas que aqui vivem nesta região, e aqueles que vêm aqui de concelhos limítrofes. Trabalho em jornalismo à muitos anos, à cerca de 30 anos. Tive algumas experiências no domínio da rádio e mais tarde optei só pela imprensa escrita. Fixando-me no Diário do Alentejo, para onde colaboro desde já alguns anos. Optei por introduzir o tema que me foi proposto, pela Associação de Municípios do Distrito de Évora - AMDE, cujo convite aqui agradeço na pessoa de D. Odete Graça. Sinto-me realmente honrado por este convite e pela AMDE, pregou este tipo de iniciativas que são um bom espaço para que o Alentejo se desenvolva, e para que o desporto também tenha um caminho mais Mas dizia eu que optei por introduzir ao tema que me foi proposto, sobre a histórica imprensa regional do Alentejo, experiências que vivi. Abordando ainda que de uma forma muito suscita nalgumas relações de cumplicidade, relações de

dependência, de sobrevivência dos meios de comunicação social. Procurando fazer também com a imprensa autárquica. Aqui vou revelar conceitos de informação, imprensa, comunicação, sublinhando as relações difíceis, não de promiscuidade como aí se diz, entre as autarquias e os clubes, bem como expectativas dos meios de comunicação social, enquanto observador atento dessas convivências. Falando das rádios locais, da sua intervenção no meio local, com o contributo dos eleitos no ano de 1984, falava-se pela primeira vez numa nova ordem para a comunicação social. Eram as emissoras locais, na cidade de Abrantes, no coração do Ribatejo, nasceu aquela que foi a primeira rádio pirata, uma designação que estas estações emissoras escolheram na altura, face à ausência de licenciamento e obreiros de frequência. O seu nome "Antena Livre", assim se chamava a rádio de Abrantes, iniciava só por si a referência, do que mais tarde seria um grande movimento de liberdade e de expansão em todo o país. Em finais desse mesmo ano, já lá vão quase duas décadas, testemunhamos uma experiência invulgar, magnífica mesmo, em apoio à ... e o acompanhamento da instalação de uma segunda emissora do Alentejo, ainda e também clandestina. Um desafio colocado a um grupo de empresários, por um antigo ... regressado das antigas colónias, de onde vieram alguns profissionais, que uma vez radicados definitivamente em Portugal, contribuíram de uma forma determinante na formação de recursos humanos, nas diversas áreas dos conhecimentos, ainda que a actividade radiofónica. É nessa altura que se fazem dois milagres, coma criatividade ao sabor das ondas, porque o importante era chegar às





peçoas, sair do espaço físico da emissora e colher o fio de baque de quem nessa altura já nos ouvia. Nessa altura também o poder local teve um papel de relevo na implantação desses novos canais de comunicação. Uma das primeiras formas que mais sucesso teve na fidelidade dos ouvintes, logo a seguir é que foi o desporto, foi inquestionavelmente a participação dos autarcas nessas emissões regulares. O papel privilegiado dos eleitos no relacionamento com as populações e na pesquisa dos seus níveis de ansiedade. Eram argumentos de peso, justificavam a sua frequência nos estúdios de rádio. As pessoas gostavam de ouvir falar da sua terra, dos projectos de desenvolvimento em curso, e das possibilidades de satisfação das suas necessidades. O processo de localização das emissoras e da atribuição das frequências foi lento, polémico, contraditório. Eu tive alguns desafios e não fui capaz de conter a inevitável multiplicação de estações das vilas e aldeias deste país. Uma caminhada que foi muitas vezes desregrada, não podia afirmar que se vivia acima da lei, porque efectivamente existia lei. O que era um pouco verdade é que a documentação acabou por vir ao encontro de interesses já instalados, normalizou conceitos já adquiridos e legalizou algumas situações que o tempo tinha tornado Muitos destes projectos de comunicação ficaram pelo caminho, uns por falta de credibilidade, ... dos promotores, outros por mera falta de apoios, logística ou financeira, mas entre aqueles que sobreviveram, em alguns casos com apoios pontuais da autarquia, de autarquias e muito importantes. Reconhecemos um grande número de emissoras de grande qualidade que ainda ..., e

infelizmente, com outras que não foram capazes de abandonar o perfil de amadorismo, muitas vezes roça o O desporto foi outro pilar preferencial para o desenvolvimento das rádios locais, o acompanhamento próximo dos pequenos e grandes eventos desportivos, ou naturais critérios de ... , levaram o conhecimento de um grande universo de pessoas, um pouco de que nessa vertente, ia sucedendo nas nossas terras, o conhecimento público de que ali, naquele lugar, vila, aldeia, acontecia algo que na nossa terra não podia acontecer. O levantamento comum voluntário, e em cada momento as características de uma determinada população especialmente a jovem, e que se mostrava ...(corte de cassette) especialmente os árbitros, enfim a rede de colaboradores foi surgindo, progressivamente. Primeiro recorrendo a pessoas próximas das colectividades, e aí surgiram as primeiras dificuldades, de uma forma apaixonada e tendenciosa como as pessoas fazia chegar os relatos dos acontecimentos. Um percurso sinuoso, necessário, mas a progressividade desse processo foi gradualmente corrigida. As comunicações móveis ainda não existiam, e uma vez mais as autarquias surgiam na primeira linha do apoio, com a cedência das instalações fixas existentes nos recintos municipais.

A Imprensa Escrita Regional

A imprensa escrita regional, esteve quase sempre associada a atitudes de verdadeiro aventuranismo. Existem excepções que todos conhecemos de título que se ... e ganharam tradições e prestígio a que hoje são reconhecidos como



porta-voz da região em que se inserem. Queria aqui revelar três ou quatro exemplos, mais o receio de por missão ferir algumas sensibilidades, aconselha-me a não o fazer, embora não o resista a revelar (eu dou uns exemplos), que é o Semanário do qual dou a minha colaboração. Inseridos numa região, onde o tecido empresarial é débil, os projectos de implantação de órgãos de comunicação social tem muita dificuldade em encontrar ... (permita-me a publicação mais amiúde). De forma continuado e porque não mais ousada da qualidade do ponto de vista da qualidade gráfica, são frequentes os projectos que enveredam por essa via, e que não tardam em arrepiar caminho. As alternativas muitas vezes são as Câmaras Municipais e os outros organismos públicos, vistos como potenciais monicidores de publicidade, a pretexto de um qualquer evento, uma celebração municipal, lá vem um rodapé, um recorte de página, um suplemento da ordem e acaba por pagar uma edição. Eu não vejo que um proprietário de um jornal, cuja a edição acaba de ser paga por determinada entidade, através de publicidade institucional, permita que por exemplo, nesse mesmo número se publique uma crónica, um artigo de opinião, uma reportagem onde ela seja visada com espírito crítico, ainda que no bom sentido. Será que podemos aqui concluir que a necessidade de sobrevivência de um jornal pode cercear a liberdade de expressão dos jornalistas? Se as dificuldades são uma constante na imprensa jornalística, ainda assim põem alguns benefícios, que o melhor exemplo é o porte pago nessa edição. Os jornais de especialidade, exemplo dos desportivos, a quem essa regalia é negada, avolumam-se as dificuldades. Entre

outros modelos de imprensa, escolhemos aqui a produzida pelas autarquias, porque associadas a esta conferência, possibilita que referimos algumas ideias. A imprensa autárquica geralmente tem mais facilidade em chegar junto às populações, se por um lado a sua característica de gratuidade em nome do serviço público a torna mais acessível ao seu destinatário, por outro não beneficia do estímulo oferecido pela chamada chanchão de contra. É neste estilo de imprensa que surge o boletim municipal, um instrumento usado pelo poder local, para divulgar as suas realizações, os seus projectos, enfim de uma forma objectiva para fazer uma ponte informativa entre o executivo e os municípios. Este modelo de comunicação pode muitas vezes ter em estilo supartide, mas não deve isso nunca ... como um mero álbum de recordações de um mandato. O interesse das autarquias e em nome de um bom relacionamento coma imprensa especialmente regional, o boletim municipal entendemos devera deverá ser um instrumento com carácter eminentemente interventivo, antecipando e disponibilizando matérias pela sua actualidade que possam constituir informação útil aos meios de comunicação social residentes. Julgo que nos últimos anos tem-se realizado, e participei em alguns congressos em torno do boletim municipal, apelando à maximização da sua utilidade, e premiando a sua capacidade de intervenção através do conteúdo e da qualidade gráfica. Os jornalistas que aceitam exercer a sua função a distritos, as autarquias, hoje vulgarmente conhecidos como assessores de imprensa, nem sempre são bem acolhidos pelos grandes profissionais da comunicação. Às vezes ao reconhecimento que este asses-



sor ou jornalista da autarquia, seja capaz de manter a sua independência relativamente ao poder instituído. O jornalista puro reivindica o dever de informar, e sobre o assessor de imprensa podem pesar outras incompatibilidades, como o respeito pelo segredo profissional, ou obrigação da discrição. Assim ainda são conhecidos alguns casos de jornalistas que mesmo no desempenho de funções nos denominados gabinetes de informação e relações públicas, exigiram contratualmente que lhes fosse reconhecido o direito à cláusula de consciência. Uma eventualidade de em qualquer momento existir uma mudança na composição da maioria autárquica. Acusados de nem sempre saberem distinguir entre informação e comunicação, os jornalistas das autarquias ainda não conseguiram assim encontrar por falta de legislação adequada, um estatuto legal que minimize a actual situação precária, por isso, frágil do seu actual enquadramento.

Assim ainda são conhecidos alguns casos de jornalistas que mesmo no desempenho de funções nos denominados gabinetes de informação e relações públicas exigiram contratualmente que lhes fosse reconhecido o direito à cláusula de consciência, na eventualidade em qualquer existir uma mudança na composição da maioria autárquica. Acusados de nem sempre saberem distinguir entre informação e comunicação, os jornalistas das autarquias, ainda não conseguiram assim encontrar por falta de legislação adequada um estatuto legal que minimize a tal situação precária e por isso frágil no seu actual enquadramento. Também é vulgar dizer-se que nem sempre os eleitos dominam com especificidade os vínculos á ética

no verdadeiro profissional da informação. Confundido e às vezes preferindo a favor de um simples comunicador que se revela eficaz. Afinal hoje em dia existe quem se convença que o jornalista pode estar ao serviço de um ideologia política, mas o que se lhe deve pedir é que seja antes de tudo credível e bem informado. Quem anda frequentemente no terreno, que conhece de perto a realidade económica desportiva dos clubes, a classificação dos dirigentes e a solides dos projectos que lhes estão subjacentes, necessariamente que formam uma opinião mais aproximada do que devem ser as estratégias de desenvolvimento perante as quais as autarquias confrontam diariamente para intervir de uma forma sustentada no movimento associativo. Reconhecemos que inúmeras vezes se tornam juízos de valor, algumas vezes desajustados o que em tempo nenhum deveria suceder. São os eleitos que conhecem pormenores de planos de desenvolvimento, as marchas de manobra e evolução de projectos e o potencial sucesso que delas se esperam.. São eles que dominam as capacidades de investimento e oportunidade para levar a cabo, mas também é verdade que a imprensa conhece bem a apetência generalizada dos clubes, para a dependência dos subsídios, reensiste na falta de inspiração e criatividade para gerarem receitas próprias e dar sustentabilidade às actividades que projectam. Às vezes com escassa ou duvidosa viabilidade, mas que vulgarmente servem de arma de arremesso contra o poder local. Sempre que as expectativas dos dirigentes, valorizadas sempre acima do que é razoável não são contempladas nas decisões dos executivos eleitos para a gestão local. Contudo a nossa posição é franca, coerente e



não omitimos aqui conscientes que pode ser um contributo para as questões nestas jornadas desportivas de Estremoz, que dão forma à Conferência Nacional sobre a Intervenção das Autarquias no Desporto.

A comunicação social tanto quanto nos é permitida avaliar, encoraja as autarquias, aplaude e defende que elas mantenham uma postura de acompanhamento de controlo e fertilização correcta de utilização das verbas avançadas aos clubes, porque de dinheiro público se trata. Considerando que eles devem ser aplicados numa hierarquia de valores e de prioridades que tenha em linha de conta a formação de jovens, a valorização patrimonial dos clubes e das associações, ou de uma forte componente da associalização do meio onde as colectividades se inserem. Não aceitamos que as autarquias canalizem apoios materiais, para projectos de credibilidade duvidosa, alimentem sucessos efémeros, susceptíveis de criar ídolos à sombra de gigantes com pés de barro.

Preconizamos que as autarquias devem estimular os seus técnicos para a dinamização e ocupação dos espaços desportivos e de lazer, onde se pode realizar uma pesquisa vocacional, preliminar e conseqüente detenção de talentos. Este trabalho pode ser planeado em parceria com outros técnicos no terreno, nomeadamente nos estabelecimentos de ensino, clubes ou associações. Acreditamos que daqui resulta uma efectiva valorização do associativismo, sistema que deverá ser alimentado com a realização dos grandes eventos e descentralizados de que é um grande exemplo a recente edição dos Jogos do Alentejo. Aplaudimos a construção de mais e mais infra-estruturas, a reformulação

ou modernização das existentes, se pouco adequadas à realidade desportiva que se vive hoje. Aceitamos outras formas de apoio que tenham a ver coma logística, com outras necessidades mas de natureza pontual. As autarquias atravessam hoje um momento particularmente difícil, a verdade a que foi a sua capacidade de recurso aos financiamentos que em conjunto com fundos estruturais podem , que ainda acreditamos na capacidade de persuasão dos nossos eleitos, acrescentar algumas mais valias à rede de equipamentos para a prática desportiva actualmente existente que sendo já exemplar, revela algumas carências capazes se superar num futuro próximo.

A autarquias, os clubes, as federações, a expectativa da comunicação social, orgulhamo-nos da existência de concelhos do Alentejo, onde o índice de infra-estruturas desportivas /per-capita é o mais elevado da Europa. De uma forma geral a região está bem dotada de equipamentos de qualidade e de utilização diversificada que resultaram de correctos, de estratégias de desenvolvimento, opções correctas do poder local, bem articuladas, também com as necessidades de agentes desportivos existentes, é preciso continuar a dinamiza-las. Em nossa opinião que uma das formas de o fazer, além de uma vulgar utilização da população desportiva local, é através de protocolos com associações e federações de modalidades. Essas parcerias constitui uma oportunidade singular para a promoção e desenvolvimento das modalidades, especialmente as praticadas em recintos fechados e ao mesmo tempo para ocupação dos espaços que chamam de públicos ou recintos. Sabemos e com isso que a vertente já tem dado passos



significativos em alguns concelhos do Alentejo, para falar na melhor realidade que melhor conhecemos, sabendo que estes factores de qualidade não sendo da nossa exclusividade podem-se ver noutros pontos do país. Em muitos desses exemplos as infra-estruturas têm sido disponibilizadas a equipas nacionais e estrangeiras para a presença em estágios e competições internacionais. Associamos aqui a mais valia que a região pode usufruir se em paralelo com a competição existir uma promoção, uma oferta turística de qualidade que acentue as potencialidades existentes na região. Por isso o futuro pertence-nos, acreditamos que somos capazes de nos mobilizar, nos envolvermos em projectos que sejam estruturantes e que terá bom desenvolvimento para o Alentejo. Também o

Desporto tem tudo a ganhar com isso, os nossos jovens colheram daí os melhores benefícios, mas não queremos apenas envolver os jovens, queremos que seja feito um esforço apelativo a todos os que quiserem juntar-se a nós, e em especialmente aos que agora passam pelo tom da vida, mas também constitui uma reserva ilimitada a acrescentar às excelentes capacidades que o poder local tem demonstrado que sabe fazer e faz com qualidade. A comunicação social, sejam os audiovisuais, as emissoras de rádio, a imprensa escrita, cá estará para divulgaras suas realizações, para as aplaudir, para lhe reconhecer o mérito. Sendo certo que o que podemos fazer e obediência a princípios de ética de ontologia, ou seja, sejamos rigorosos, credíveis e bem informados.



A Autarquia, os Clubes e os Equipamentos Desportivos

João Libório

Vereador do Pelouro do Desporto da C. M. Évora

A promoção e defesa da qualidade de vida das suas populações constitui objectivo central da intervenção de qualquer Autarquia. O desenvolvimento de estratégias que conduzam a esta finalidade o seu principal desafio. Não só porque exige um conhecimento permanente de uma realidade em constante mutação, fortemente permeável a factores exógenos, como também pela necessidade de intervir de forma consciente e empática com os direitos das populações que representamos.

O papel da Autarquia é por isso difícil. Importa intervir respeitando as dinâmicas próprias dos diferentes agentes do processo social, sem paternalismo, mas com consciência das responsabilidades que nos são cometidas face ao desenvolvimento global e integrado que desejamos.

Esta intervenção não poderá ignorar que vivemos, hoje, na chamada "aldeia global", na qual os ritmos e os comportamentos do quotidiano são fortemente impostos por culturas dominantes às quais diariamente somos permeáveis. Os nossos problemas são, em grande parte, os problemas da região e de certa forma do país.

Também aqui as mudanças sociais determinam um comportamento individual algo diferente do tradicional. Também aqui o comportamento do Homem tem vindo a conduzir a práticas cada vez mais sedentárias, nas quais o movimento, o esforço físico e o exercício, fundamentais ao

normal funcionamento do corpo, estão a dar lugar a um progressivo imobilismo.

A procura do desporto e da actividade física já não é somente uma atitude lúdica, carregada de valores simbólicos e de relação social. Mais do que um passatempo, ou uma distracção física, o jogo, e o desporto, passam a ser uma necessidade do novo Homem.

Neste contexto é natural que esta "nova necessidade" comece a afirmar-se como essencial na planificação dos municípios, regiões e país em geral.

A Câmara Municipal de Évora está consciente desta realidade e considera que a planificação, necessária neste sector, deve remeter-nos para uma intervenção que terá que responder às questões atrás referidas, tendo em conta a persecução de objectivos tais como:

- Apoiar e incentivar a formação e sensibilização para as práticas desportivas enquanto importante factor sócio-educativo, promotor de saúde e de qualidade de vida.
- Apoiar e dinamizar as práticas desportivas organizadas (federadas) através de mecanismos e critérios, bem definidos, de apoio.
- Construir importante alternativa de ocupação de tempos livres para os jovens e população em geral.
- Proteger os jogos tradicionais e outras formas de actividade sócio-cultural caracterizadoras da nossa identidade, contribuindo para a continuação destas práticas nas novas gerações.



- Promover actividades de carácter popular nos domínios da animação e do lazer, fomentadoras de socialização.
- Contribuir para a criação de uma rede de equipamentos, formais e informais, que permitam a prática em condições de qualidade das diferentes expressões e modalidades desportivas.
- Prever a existência de complexos desportivos que possam promover eventos de dimensão nacional e internacional, considerando as características da cidade, como pelo regional e capital de toda a região.

Como facilmente se compreenderá, a concretização deste tipo de objectivos

passa pela definição de estratégias, nas quais tem que haver uma articulação interna - ao nível do concelho - com as diferentes entidades e agentes locais, onde os clubes e os demais agentes sócio-desportivos deverão representar um importante papel de parceria.

A importância histórica do associativismo desportivo é hoje unanimemente reconhecida, não só pela satisfação de necessidades, no âmbito das práticas desportivas que permitiu, particularmente durante os últimos cem anos, como também por tudo o que significou e significa de preservação e reforço das identidades locais, de dinâmica, de animação das populações que congrega. Como afirma o Prof. José Manuel Constantino "...É um suplemento de vida que se oferece a um bairro, a uma população, a uma região." Mas é também, acrescentaríamos nós, uma prova dessa mesma vida que se recebe desse mesmo bairro, população ou região, constituindo importante indicador de avaliação da saúde social dos mesmos.

No concelho de Évora temos um diversificado movimento associativo desportivo. Aqui se praticam, regularmente, cerca de trinta diferentes modalidades desportivas (federadas) promovidas pelos mais de cinquenta clubes e associações. Cerca de 2500 pessoas estão inscritas em federações de modalidade. Mais de um quarto da população do concelho tem uma ligação, maior ou menor, a uma associação desportiva.

Esta realidade, que nos agrada, levanta-nos, por outro lado, um conjunto de dificuldades, às quais precisamos de dar resposta. Temos hoje um desafio pela frente que consiste em procurar intervir com vista ao desenvolvimento desportivo do concelho, e este só acontecerá, verdadeiramente, se for fruto de uma parceria conjunta entre a Autarquia e o movimento associativo desportivo.

Uma "subsídio - dependência" dos clubes face à Autarquia em nada contribuirá para esse desenvolvimento. Da mesma forma que um "paternalismo centralista" nada resolverá.

Reflectir o problema do desenvolvimento desportivo com os diferentes parceiros, com humildade e racionalidade, reconhecer as dificuldades e as potencialidades. Traçar metas e definir objectivos. Planificar o futuro do desporto no concelho. Fazer em suma uma conjugação de esforços nesse sentido.

Começamos já a trabalhar neste domínio. O Plano de Urbanização de Évora está a ser construído tendo em conta a importância que o desporto representa na vida de uma comunidade. A realidade observada levou-nos a concluir a existência de algumas lacunas, sobretudo, no sector dos equipamentos e das infra-estruturas. Outra questão é a



rentabilização do existente, modernizando-o, adaptando-o às novas necessidades.

Este é, provavelmente, o maior desafio que temos pela frente nos tempos mais próximos.

A Câmara de Évora cedeu ou vendeu a preço simbólico terreno para que alguns clubes construíssem os seus equipamentos. Alguns já o conseguiram concretizar - como são exemplos a Piscina Coberta do AMINATA ou o Complexo do Clube de Ténis de Évora, outros estão em fase de projecto ou aguardam capacidade construtiva, casos dos campos do Clube de Rugby de Évora e Pavilhão Desportivo do Évora Andebol Clube.

A concretização destes Pavilhões, conjuntamente com a construção de mais dois já em obra (um propriedade dos Salesianos de Évora e outro no âmbito da nova Escola da Malagueira), permitir-nos-ão com um efectivo de 11 Pavilhões Desportivos na cidade.

A construção prevista de um Pavilhão Multiusos, no âmbito do futuro Parque de Feiras de Évora, completará e dotará plenamente a cidade deste género de equipamentos.

No que se refere aos grandes campos e aos polidesportivos é nossa intenção que todas as freguesias do concelho fiquem dotadas deste tipo de instalações, existindo já alguns projectos em curso.

Os equipamentos para práticas desportivas nas Escolas do 1º Ciclo têm, e continuarão a ter, uma atenção especial da nossa parte, através da colocação de pisos, e materiais para a prática desportiva. De referir que, neste domínio, a Autarquia, em parceria com alguns clubes e algumas associações de modalidade, desenvolve um Programa de

Intervenção ludo-desportiva que designamos de Programa Jogar e no qual são envolvidas cerca de 2000 crianças.

Tal como o resto do país também no nosso concelho assistimos a uma crescente prática da chamada actividade física de manutenção. A recente construção de um circuito de manutenção na mata do Escurinho em Évora revelou-nos que este equipamento é, actualmente, utilizado por uma média de 84 pessoas por dia, elevando-se esta média a 104 nos meses da Primavera e do Verão. Estes números, que continuam a crescer, revelem-nos a necessidade de construir outros equipamentos similares em outros bairros da cidade, conjuntamente com alguns parques e outros equipamentos nas áreas de recreio e lazer.

Ao nível dos equipamentos de responsabilidade municipal importa referir a necessidade, já diagnosticada, de um complexo desportivo que permita a prática regular da modalidade de Atletismo. Esta será, provavelmente, uma das nossas maiores e mais faladas necessidades. A Construção de Estádio Municipal prevê dar resposta a essa lacuna sentida no concelho e também na região. Para que a dimensão do projecto não venha a adiar esta questão por muito mais tempo, é nossa intenção que a construção de referido estádio ocorra de forma faseada, de modo poder responder o mais rápido possível ao problema.

Naturalmente que este equipamento permitirá dotar a cidade e a região da possibilidade de realizar em Évora provas de âmbito nacional e internacional, quer de atletismo, quer mesmo de futebol, pois as instalações do Lusitano e do Juventude não têm capacidade para responder às exigências actuais para determinados jogos ou torneios. Este projecto



permitirá, ainda, racionalizar instalações existentes.

Pelas suas características Évora é uma cidade que revela uma apetência muito grande para determinadas práticas de desporto de turismo. Aqui operam várias escolas de pára-quedismo e voo, nas instalações do Aeródromo Municipal. Aqui existem vários picadeiros e um hipódromo com pista de galope onde regularmente são disputados diferentes tipos de provas hípicas. Aqui existe em dos mais dinâmicos Kartódromos do país. Naturalmente que procuraremos estar atentos a estas iniciativas, a maior parte de natureza particular, mas cuja acção se reflecte em grande medida na cidade e no concelho.

Em termos conclusivos poderemos afirmar que, as nossas preocupações ao nível dos equipamentos desportivos poderão agrupar-se, quanto à entidade responsável em três grandes grupos:

- a) Os equipamentos de natureza privada construídos com apoio da Autarquia - da responsabilidade de clubes, associações ou agentes sem finalidade lucrativa.
- b) Os equipamentos de responsabilidade parcial ou total da Autarquia.
- c) Os equipamentos de natureza privada e com finalidade lucrativa - construídos sem apoio da Autarquia, mas a considerar em termos de possível contratualização.

Quanto aos destinatários dos equipamentos:

- a) Equipamentos de apoio ao sistema educativo
- b) Equipamentos de recreio e lazer
- c) Equipamentos para práticas desportivas federadas e organizadas

d) Grandes equipamentos para espectáculos de desporto e outros, numa lógica de resposta a uma necessidade regional

Obviamente que, os problemas de gestão são uma das nossas maiores preocupações. Sobre esta matéria pensamos privilegiar as parecerias com os clubes e o movimento associativo, sempre que possível, recorrendo preferencialmente à promoção de protocolos de colaboração.

A entrega a empresas de gestão de natureza mista ou privada, nos casos que o justifique, é hoje, uma questão incontornável em alguns casos, pois a natureza amadora dos clubes e a manifesta falta de competência (e vocação) das Autarquias tal o exige.

Os apoios, quer quanto aos financiamentos quer a outros níveis, por parte do governo e dos demais departamentos de Estado reveste-se de uma importância imprescindível, dadas as nossas limitações financeiras naturais, a fragilidade das economias de interior e a própria responsabilidade natural de estado face a toda esta problemática. Recordemos aqui a Constituição da República Portuguesa que consagra o desporto como um direito do cidadão, afirmando os clubes e as colectividades desportivas como entidades vocacionadas para garantir esse direito, cabendo ao Estado (Poder Central, Regional e Local) apoiar e colaborar com essas entidades.

Importa pois, relevar a importância que a prática desportiva tem para os cidadãos e para a comunidade em geral, mas importa, também, criar condições mínimas para que essa prática possa efectivamente existir, pois caso contrário não passa de um vulgar acto demagógico.



Como conclusão, parece-nos que o futuro próximo requer um aumento do regime de parcerias aos mais diferentes níveis, nos quais destacamos o papel das Autarquias e do movimento associativo desportivo, aumentando os níveis de responsabilidade de cada um, com vista a uma maior exigência na qualidade da intervenção, obviamente apoiada pelas diferentes ofertas que a sociedade civil nos garante. Estas parcerias deverão ter claramente uma finalidade assumida ao nível do município, o desenvolvimento desportivo do concelho e consequentemente uma elevação da qualidade de vida das populações que o integram.

Este desidrato será atingido se conseguirmos caminhar no sentido de, separação clara entre a prática desportiva e a prática competitiva. Este é, em nosso entender, o esforço maior a fazer no sentido de, racionalizando custos, proporcionar a prática desportiva ao maior numero possível concidadãos e , ao mesmo tempo, incentivar um associativismo forte que promova uma prática competitiva com qualidade e que por essa razão funcione como veiculo promocional da prática desportiva em si bem como o do concelho.



Associativismo Desportivo

“O Papel das Autarquias no Desporto de Alta Competição”

José Vicente Moura

Presidente do Comité Olímpico de Portugal

É incontroversa a importância da visão estratégica do Pierre de Coubertin, na disseminação do diário Olímpico. O impacto da sua acção no desenvolvimento desportivo contemporâneo continua, e estou certo continuará. Importa assinalar que o renascimento dos Jogos Olímpicos e a sua progressiva importância social, cultural e económica foram o catalizador da aglutinação de cidadãos e povos em todo o mundo, em torno de um belo ideal. Este fenómeno originou nos finais do século XIX e princípios do século XX a criação de pólos desportivos, atractivos para as comunidades, constituído à época, a época de ouro do associativismo desportivo, correspondendo ao desejo da prática desportiva, lúdica e competitiva. A mais importante responsabilidade dos dirigentes e associados desportivos de então, consistia na preservação do amadorismo, da ética e do fair-play, em suma dos valores supremos da filosofia olímpica. Daí os clubes promoverem eventos de carácter eminentemente sociais, sujeitáveis de atraírem ambos extractos populacionais e da opinião pública em geral. Num ápice, o desporto conquistou a atracção das multidões em torno do espectáculo. A comunicação social, primeiro a imprensa, depois a rádio difusão e a partir do pós-guerra a televisão, difundia e levava a milhares de pessoas o fenómeno da competição desportiva. Rapidamente a in-

dustria, o comércio e o terciário, perceberam o valor do desporto no mundo da economia global. Correspondendo à melhoria de qualidade de vida, nomeadamente com a redução de horários de trabalho, assiste-se à proliferação de recintos desportivos destinados a compactarem o recente número de praticantes, e corresponderem às exigências da competição, não já na esfera patrimonial dos clubes, mas em larga escala do âmbito do estado. Entretanto por toda a Europa e com um dramático atraso em Portugal a generalidade dos clubes, exceptuando talvez os de futebol, que iam perdendo importância, e de protagonistas únicos, passo à condição de meros parceiros na complexa engrenagem do sistema desportivo. Em Portugal com o advento da democracia e a conquista de duas medalhas nos Jogos Olímpicos de 1976, em Monreal, o poder político desperta finalmente para a verdadeira dimensão do desporto, enquanto o meio peronal da afirmação e projecção do país além fronteiras e factor de auto estima dos Portugueses. Nesta época ainda os nossos principais clubes pontificavam no panorama desportivo Português. Mas tornar-se-ia evidentes os sinais da crise, que vão minando a sua estrutura e sustentação. Os atletas de alto nível começam a ser aliciados por outros clubes, que enveredaram entretanto pelo profissionalismo. Resulta que alguns dos clubes que investem na formação de praticantes são confrontados época, após época com a ... dos seus atletas mais talentosos. Pouco importa, na actualidade discutir se a evolução é positiva ou negativa, para o desporto em geral e o Olimpismo em particular. Importa sim reter que a mudança se operou, e não poderá ser escapulida.



Assistiu-se ao fim da utopia, uma bela utopia que não resistiu à modernidade, com os seus paradoxos, as suas virtudes e os seus desafios. Palotidamente os clubes vão se transformando em sociedades comerciais, os resultados de exploração e os passivos acumulados são tendencialmente, inversamente proporcionais à devassidão de modalidades que praticam, e as taxas de ocupação de infra-estruturas pelas actividades não potenciadoras, e retorno de investimentos, quanto menos actividades tiverem, cresceram as probabilidades de auto-financiamento sustentando. Esta realidade configura o fim dos clubes, tal como os encaram tantos amantes do desporto, que persistem identifica-los como a génese da formação desportiva da juventude. Sobretudo num país de gritantes assimetrias e desigualdade de oportunidades, a eventual solução passará obrigatoriamente pela assunção por parte do estado, das suas responsabilidades constitucionais e na observância dos princípios emanados.

A Lei de Bases do Sistema Desportivo, que na alínea c do art. 2º, preconiza o reconhecimento do papel essencial dos clubes no contexto desportivo português. Com efeito a lei de bases do Sistema Desportivo define claramente o seu objectivo de promover e orientar a generalização da actividade desportiva, como factor cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e novamente da sociedade. E ao caracterizar no seu art. 33º o tipo de apoios a conceder às associações e aos clubes desportivos, a citada lei considera os contratos programa como o meio mais adequado para formalizar os patrocínios do estado. Já do Decreto-lei nº 432/91, de 6 de Novembro estabeleceu um

regime daqueles contratos programa, na sequência da legislação atrás citada. Veio garantir as comparticipações do estado das regiões autónomas e das autarquias locais no apoio ao associativismo desportivo, a concretizar directamente, ou por organismos na sua dependência. Assim às autarquias locais são conferidas competências para patrocinar a actividade desportiva de entidades, de organismos legalmente existentes, que prossigam no município, fim de interesse público, devendo as mesmas autarquias fixar critérios para concretizar tais apoios, na sua área concelhia nos termos do Decreto-lei nº 100/84 de 29 de Março.

A municipalização das instituições desportivas, tornando mais fácil o acesso das populações à actividade de formação e lazer com custos não significativos, é de facto a maior contribuição das autarquias para o desenvolvimento da cultura e do desporto no espaço concelhio. As autarquias estão envolvidas igualmente no apoio ao desporto escolar, e ao desporto de férias, como sucede a alguns concelhos do litoral. Pela criação de espaços desportivos nas praias, coordenadas por monitores municipais, que permitem o acesso ao desporto, a muitos jovens, além de promoverem a divulgação de algumas modalidades de interesse nacional. Em 1990 o Programa Integrado do Desenvolvimento Desportivo, o PROID, publicado pela Ex-Direcção Geral dos Desportos, estimava ser apenas de 2,1 m² a área por habitante, a oferta de instalações desportivas. Admitindo aquelas estimativas de 1990 como correctas, no PROID, afirma-se então ser necessário a preços correntes investir 275 milhões de contos, mais ou menos 400 milhões a



preços actuais, para duplicar a área disponível por habitante, ou seja, um rácio de 4 m² por habitante. O que em termos internacionais, mesmo em 1990, já mais se poderia considerar óptimo. A França por exemplo disponha já de 20 m², a Inglaterra (sendo caso limite) 25 m²/habitante. Há a reconhecer que do início da década de 90 até aos dias de hoje as administrações central e local, bem como as diversas entidades de direito privado que compõem o tecido desportivo fizeram em esforço de investimento que deve ser objecto de destaque, em prol da atenuação do défice estrutural de equipamentos. Ao de desporto graças sobretudo ao trabalho das autarquias e ao empenhamento. O associativismo desportivo, vem progredindo de forma razoável sendo inequívoco o aumento do nosso nível competitivo, contudo não desiludamos, sem mudanças significativas no sistema desportivo, em Atenas 2004, participaremos com menos modalidades, menos atletas e os resultados serão muito provavelmente semelhantes ou inferiores aos obtidos em Sydney. De acordo com os estudos divulgados pela administração, através do Centro de Estudos e Formação Desportiva, constata-se não ter havido crescimento real da prática desportiva em Portugal nos últimos 10 anos, isto é, de facto dramático, apenas 23% da população pratica desporto, o que constitui um dos mais baixos índices da Europa.

Como termo de comparação, note-se que em Espanha a taxa de participação desportiva é de 31%, na Holanda 63%, na Irlanda 64% e na Finlândia (quase limite europeu) 81%. Curiosamente constata-se que entre a população portuguesa, a um maior grau de escolaridade, corresponde

uma maior taxa de participação desportiva. Em Portugal são os clubes de natureza associativa que enquadram 43% dos participantes desportivos, por outro lado, verifica-se que o número de associados diminuiu ao longo da última década cerca de 15%. Temos menos associados e temos menos participantes desportivos. A construção de infra-estruturas desportivas especialmente pelas autarquias, tem-se pautado por critérios, por vezes eleitoralistas, havendo grandes assimetrias na distribuição territorial e desfasamento na resposta das necessidades efectivas das populações de algo. A generalização do acesso à prática desportiva constitui, imperativo constitucional. No passado recente o estado alienou a favor das federações a missão de planeamento e concretização de planos desportivos, em troca de contrapartidas financeiras suplementares e esta opção política revelou-se catastrófica para a maioria esmagadora das federações. Para quando a definição de uma política desportiva digna desse nome? Uma política devidamente objectivada, que adicione e hierarquize competências parcelares? É o que se deseja e se deve reclamar. Definida a política, atribuídas as competências e meios, preparados os programas e planificadas as acções, caminhar-se-ia enfim harmoniosa e coerentemente rumo ao desenvolvimento desportivo do país.

Ao nível do poder local parece não oferecer dúvidas, que lhe cabe a responsabilidade principal de facilitar o acesso à prática desportiva das populações na sua área de responsabilidade, não só através da construção de instalações desportivas, predominantemente de base, como promovendo a prática desportiva em todos os escalões



etários. Revitalizar e apoiar os clubes e o seu associativismo no seu município, constitui ainda uma obrigação, ..., uma vez que os apoios são sempre altamente potenciados graças ao trabalho benévolo de dirigentes e técnicos. É aqui, só aqui em nosso entender que a autarquia deve intervir ao nível da alta competição. Considera-se assim essencial o apoio autárquico à prática também do desporto escolar. Não nos devemos contentar com a circunstância de apenas 7% da nossa população escolar, integrar o desporto escolar. Também nesse campo é imperioso harmonizar o papel da escola, da autarquia e do associativismo desportivo que atravessa uma conjuntura propícia para um acolhimento de esforços, de todas as actividades envolvidas no fenómeno desportivo de forma, a que se promova a mudança qualitativa que se impõem numa sociedade moderna. É que para além dos investimentos necessários, permitiria

melhorar substancialmente a coordenação institucional, face aos desafios que actualmente se coloquem ao desporto português e ao seu impacto mediático. O associativismo desportivo defronta-se com a necessidade de obter resultados desportivos de alto nível, sem os quais tudo se compromete, inclusivamente os apoios financeiros.

Hoje resolver os problemas estruturais, organizativos e de financiamento do sistema desportivo, o que só será viável com a definição clara do desporto que queremos para Portugal. Trata-se de exigir dos governos a definição política desportiva do país, se não se registarem mudanças significativas, a curto prazo, Portugal continuará a obter resultados esporádicos, unicamente oriundo do talento, de excepção de atletas ou do empenho específico de estrutura que o enquadra. Razão pelo qual se torna imperativo e inadiável esclarecer a opinião pública, que novas exigências nesta área, não são de todo legítimas.



O Desporto no contexto do Desenvolvimento Regional

Luis Mourinha

Presidente da Câmara Municipal de Estremoz

Responsável pelo Desporto no Conselho de Administração
da Associação de Municípios do Distrito de Évora

Na qualidade de anfitrião desta terra já tive oportunidade de vos dar as boas vindas e desejar-vos uma boa estadia e um bom trabalho nesta Conferência. Desejamos sobretudo, que os temas, as intervenções e os nossos convidados tenham sido suficientemente motivadores e interessantes para podermos continuar o debate nos municípios onde trabalhamos e pelos quais somos responsáveis ou como eleitos ou como técnicos.

Também na qualidade de responsável pelo desporto, ao nível do Conselho de Administração da Associação de Municípios do Distrito de Évora, sinto-me honrado pela participação tão empenhada que a vossa presença nos mostrou quer através da discussão dos assuntos em debate quer ao nível da adesão que estas iniciativas vão assumindo no panorama nacional. Com a promoção de acções com esta importância das quais gostaríamos de salientar o último "Seminário sobre Equipamentos Desportivos" temos a consciência de que estamos a contribuir de forma muito positiva para a discussão de uma área de grande importância para o bem estar das populações, para a nossa qualidade de vida e para o desenvolvimento e promoção da nossa região do Alentejo. É indiscutível que hoje o desporto não tem o mesmo espaço

de intervenção política e de empenhamento que tinha há uma ou duas décadas atrás. As alterações sociais e políticas ocorridas no nosso país também tem tido reflexos no desporto embora elas possam ser ligeiramente diferentes de Município para Município ou de uma região para a outra. Contudo estamos de acordo quanto ao papel importante que o Poder Local tem assumido como dinamizador e apoio à prática desportiva quer ao nível local - junto do movimento associativo, escolas e população em geral - quer na construção de equipamentos desportivos e organização e/ou cooperação de grandes eventos desportivos.

O desporto é hoje referido por alguns autores, como um dos fenómenos sociais mais importantes no séc. XX e obviamente que, também a evolução que o desporto viveu, entre nós, desde o 25 de Abril, representou para o nosso país um factor importante para o desporto nacional. É evidente que essa evolução está intrinsecamente associada às Autarquias Locais, pois elas desempenham hoje, na sociedade portuguesa, um papel e uma importância que ninguém pode negar.

Só a relação estreita entre a Autarquia e a população, nos permite compreender e conhecer melhor as necessidades que em cada momento são sentidas pelas pessoas das nossas aldeias, vilas e cidades.

E esta experiência é e deve ser cada vez mais evidente quando todos sabemos que, em primeiro lugar, compete ao Poder Local, através dos seus órgãos autárquicos,





construir uma relação forte, estável e cooperante entre todos os indivíduos e a comunidade em geral, no sentido de fomentar uma atitude mais humanizadora entre as pessoas e as nossas instituições;

Em segundo lugar é importante garantir a autonomia local e regional, única forma de se resolverem às assimetrias do desenvolvimento, aumentar a eficácia dos investimentos, fortalecer a participação na vida da comunidade e defender a identidade cultural local dos nossos municípios e da nossa região;

Em último lugar, é fundamental valorizar a participação e intervenção de todas as forças sociais, da comunidade local ou regional, sendo certo que o seu contributo será fundamental para a melhoria da qualidade de vida de todos nós.

É importante não esquecer que a população "todos dias nos bate à porta das Câmaras Municipais" colocando-nos os mais diversos problemas, e sobre os quais os (as) eleitos (as) não podem nem devem ignorar.

É importante não esquecer que é a população local que dá legitimidade social e política à sua Autarquia.

Sem perdermos de vista estas considerações temos necessariamente de nos referir, também, às atribuições, e competências das Autarquias Locais recentemente expressas na Lei e através das quais "já vão sendo claras", porém já não podemos dizer o mesmo dos meios disponíveis para a sua concretização.

Para sermos um pouco mais claros e concretos é importante salientar que o desporto não é mais o mesmo desde que as

Autarquias Locais o assumiram e integraram no contexto das suas preocupações municipais e sobre ele iniciaram um papel activo e dinamizador.

Não será demais referir que, para além da concepção que cada técnico, cada eleito ou até cada Município tenha sobre o fenómeno desportivo é cada vez mais evidente que a prática desportiva é organizada em vários campos de acção, nos quais as Autarquias tenham estado envolvidas de uma forma muito séria, sem que para tal tenhamos a competência e os meios indispensáveis à sua actuação. É um facto que o desporto na Escola e em particular durante a escolaridade obrigatória deve ser da responsabilidade das estruturas governamentais quanto à definição e gestão de conteúdos, recursos humanos e financeiros, contudo têm sido as Autarquias Locais a assumir essa responsabilidade através de programas específicos, nomeadamente na Educação Psico-Motora (1º Ciclo do Ensino Básico) dotando as Escolas de meios e equipamentos desportivos que têm permitido o desenvolvimento de diferentes actividades desportivas.

É o chamado Desporto Popular, como sector específico do desporto para todos, o qual possui características próprias desde os fracos recursos, ausência de estruturas, dirigentes sem "formação" têm uma participação convivial e solidária no seu Clube ou na sua Colectividade.

Isto significa que a perspectiva das Câmaras Municipais tem sido substancialmente diferente daquela que os Governos têm assumido, ou seja, ajudá-los a viver quer através de projectos e apoios quer através da cooperação na construção e manutenção das suas instalações, para que desta forma



sejam capazes de desempenhar a função social que todos lhe reconhecemos.

São as Infra-estruturas desportivas, que de responsabilidade directa ou através de protocolos com a Administração Central têm sido construídos com o suporte directo ou maioritário das Autarquias, quando a sua construção resulta mais das necessidades das Escolas, portanto do Ministério, do que propriamente da vontade do Município ou das suas necessidades.

Mas, é também o Desporto Federado, nomeadamente a modalidade que mobiliza as "multidões" como é o caso do Futebol, em que a tomada de posição das Autarquias é em muitos casos não só confusa como comprometida com o seu projecto e com a sua perspectiva de gerir a Autarquia. Aliás, veja-se o caso do "Euro de Futebol - 2004" que envolveu claramente as Autarquias (agora em apuros com o Governo!) em Projectos e financiamentos bastante avultados, embora esteja sempre presente a miragem das vantagens "infra-estruturantes" para a região e para o país. E o Movimento Associativo que necessariamente apela à sua Autarquia Local todo o apoio para poder continuar a desempenhar a sua verdadeira função, junto da população onde se insere. Actualmente, todos reconhecemos, a importância deste núcleo associativo que ainda dinamizam as nossas aldeias e vilas do Alentejo, porém é indispensável que lhes sejam criadas condições de apoio aos seus projectos e aspirações.

Não queremos ser exaustivos, porém estas e outras questões, aqui não referidas, são pertinentes e actuais já que hoje o desporto, é também "motor de desenvolvimento

económico" quando pensamos no quanto ele pode significar para os agentes locais com expressão regional, factor de "coesão e identidade cultural". Aqui podemos falar dos "Jogos do Alentejo" os quais envolveram 47 Municípios e quatro regiões do Alentejo sabemos que estamos a promover os valores da nossa região e naturalmente um importante contributo na "formação das gerações".

Na realidade o Alentejo no contexto nacional é a única região do país que registou quebra em cerca de -2,7% mas, das quatro Regiões do Alentejo foi o Alentejo Central o que obteve um crescimento positivo mais elevado com 0.11%:

É o Alentejo Central e o Litoral que apresentam um crescimento positivo.

Se nos concentramos no Alentejo Central - no qual se enquadram os 13 Municípios que integram a AMDÉvora - é importante referir que os Concelhos que contribuíram para o "crescimento positivo" registado nesta região foram, exactamente Estremoz, com 1.27 %, Évora com 4,85% e por fim Vendas Novas com 11,17% - sendo este o valor mais alto.

Por outro lado temos o concelho de Alandroal que nos apresenta um "o crescimento negativo mais acentuado" com -10,13%.

Estes valores aqui referidos vêm apenas a propósito para melhor se compreender o quanto tem sido importante para nós, ao nível da Associação de Municípios desenvolver projectos e acções, em cooperação com os diferentes



Municípios numa perspectiva de coesão regional, rentabilização de meios e recursos através do envolvimento dos nossos técnicos de desporto.

Naturalmente que embora satisfeitos com o caminho percorrido não vamos ficar por aqui. Continuamos a perseguir o Desenvolvimento do Desporto na nossa Região através da:

1. Activação e rendabilização dos equipamentos desportivos, através da organização de eventos desportivos de interesse municipal ou super municipal e que pretendam prestigiar a região;
2. Fixação dos jovens à terra através da sua integração na vida activa local enquanto responsáveis pelo desenvolvimento desportivo ao nível de Técnicos, Treinadores, Gestores desportivos e outras áreas de estreita ligação ao segmento desportivo;
3. Dinamização de um Plano de Formação Desportiva - capaz de responder às necessidades da acção desportiva na região e particularmente para a gestão, no âmbito da actividade dos Municípios.
4. Contribuir para a afirmação e divulgação da identidade sócio-cultural da Região e para o seu desenvolvimento global integrado através da dinamização e organização de projectos de prestígio a nível nacional e internacional, como tem sido o caso da Volta ao Alentejo.
5. Valorizar e promover a prática desportiva, enquanto vector sócio-cultural, através da definição de políticas, estratégias, recursos e meios que envolvam os agentes locais e toda a comunidade, aliás, bem evidente nas nossas Olimpíadas

Populares do Distrito de Évora e na Festa da Malha a qual contou com 700 participantes que de forma lúdica e recreativa partilharam o jogo mais popular "A Malha".

Deste modo podemos dizer que o desporto desempenha cada vez mais uma função múltipla.

A terminar deixava esta reflexão para a qual desafiava os nossos convidados e os presentes a poder promove-la, a nível local, mas, sobretudo a nível nacional.

Desde a educação à cultura, da vida associativa ao lazer, da integração social à promoção da saúde, da qualidade de vida das populações à dinâmica do turismo, do desenvolvimento económico à vida saudável no meio ambiente, do progresso individual à vivência colectiva no bairro, na aldeia e ou na cidade, as Autarquias devem ser a referência, por excelência para a discussão e promoção do desenvolvimento do nosso país.

E na nossa perspectiva, selo-ão sempre se perseguirem objectivos de carácter iminente social, onde não deve estar a perspectiva do modelo da "gestão empresarial" quando a relação do político eleito deve ser a de pugnar pelos interesses daqueles que representa.

Também n relação "desporto - autarquia" deve ter por base a dimensão social e política do desporto, a qual, em cada dia que passa deve ultrapassar o nosso espaço municipal para se projectar a nível regional.

Desta forma a perspectiva da Associação de Municípios do



Distrito de Évora, desde há quase duas décadas é no sentido de continuar a afirmar esta coesão, participação e rentabilização dos 13 Municípios que a constituem.

E a prova desta perspectiva, tem sido os Projectos que até hoje já se apresentaram e desenvolveram com prestígio e inovação a nível nacional e até internacional.

Com estas preocupações, na bagagem desejo-vos uma boa viagem e aproveito para marcar encontro para o próximo Seminário a realizar possivelmente para o ano.



As autarquias e os grandes eventos desportivos - Euro 2004

Paulo Rabaça

Vereador da Câmara Municipal de Leiria

Ao nível de novos modelos de gestão a autarquia identifica uma prioridade ao nível da gestão dos seus equipamentos desportivos, de lazer e turismo, que passaria já identificado pela criação de uma empresa municipal que trouxe-se mais rigor, uma gestão melhorada, mais equilibrada, mais rentabilizada e por tanto era já um pressuposto que nós tinha-mos e que estava-mos a preparar a criação de uma empresa municipal que gerisse não só os equipamentos desportivos, mas também o equipamento de lazer e turismo, que era o parque de campismo da única praia de Leiria, que é a praia do Pedrogão. Esse pressuposto foi claramente acelerado, com a atribuição do Euro 2004, a Leiria. E a necessidade de construir o estádio e do gerir posteriormente, acelerou a implementação deste processo e portanto foi criada a primeira empresa, sobretudo com duas áreas principais de actuação em termos de objecto social, que é a gestão de infra-estruturas desportivas, de lazer e turismo. Também a produção de actividades nestas mesmas áreas(desporto, lazer e turismo). São as duas grandes áreas em termos de objecto social e noutras áreas acessórias, enfim de menor importância complementares, mas estas são as principais áreas desta empresa. Esta empresa têm a designação de Leirisport, é esta imagem que vocês poderão ver e em termos de estrutura accionista a empresa é detida a 100% pela Câmara Municipal de Leiria, tem de Capital social neste momento um milhão e cinquenta mil euros,

em termos e indicadores 37 funcionários em permanência, 35 funcionários sazonais, isto tem a ver com a época de Verão, com o Parque de Campismo e com o aumento de funcionários que é necessário durante dois a três meses de Verão, tem em orçamento este ano na ordem dos 3,5 milhões de euros e tem um orçamento provisional já acotado á poucos dias ou terá na ordem dos 60 milhões de euros, para o ano de 2003. Em termos da gestão da infra-estruturas, temos a gestão de três piscinas municipais, um complexo em Leiria e duas piscinas de aprendizagem em duas freguesias, a gestão do estádio municipal, neste caso para já é só a construção e, e depois será naturalmente a gestão. A gestão de pavilhões desportivos, do Parque de Campismo e como vos disse a única praia, que é a praia do Pedrogão, em Leiria. Em termos de actividades há um conjunto de actividades regulares que neste momento estão já a ser operacionalizadas pela Leirisport, e é para já a única função que lhe compete, isto é, por contrato programa com a Câmara Municipal de Leiria. A Câmara Municipal de Leiria incumbiu à Leirisport de operacionalizar alguns programas, nomeadamente o programa que tem a ver com a actividade física dos idosos o "Programa Viver Activo"(não sei se alguns conhecem), enquadrámos também (neste momento) a partir deste ano, a adaptação ao meio aquático, orientado para as escolas do 1º Ciclo, que faz parte do programa, da expressão de educação física-motora, que é a única área de actividade em que a Câmara Municipal de Leiria, por ter a instalações, por ter de garantir um enquadramento técnico específico, assegura em termos da área do 1º Ciclo, tudo o resto não é da nossa competência.



Estas actividades estão a ser operacionalizadas pela Leirisport. Há um conjunto de eventos também pontuais que a Leirisport já enquadra, nomeadamente no Verão, o programa de animação da praia e outros eventos pontuais a níveis de concertos que se fizeram este Verão. E as actividades ligadas à área da formação, também são as actividades que estamos a preparar no sentido de nos próximos anos podermos ter alguns eventos, quer interna da empresa, quer externa, nesta área do desporto, lazer que entendermos que sejam necessárias.

Ao nível da inovação tecnológica, estamos a preparar na consequência daquilo que temos que gerir , o que denominamos um sistema integrado de gestão. O sistema integrado de gestão não é mais que a necessidade que temos neste momento, já de integrar em termos de gestão aquilo que são os aspectos ligados à gestão das infra-estruturas desportivas, lazer e turismo. Integração naquilo que serão, ou que são já as actividades e aquilo que é mais importante para que isto tenha algum sentido, que são os utilizadores, quer os praticantes, espectadores, quer outros utilizadores, funcionários, etc. Tudo isto de alguma forma tem que ter pela sua dimensão, pela sua complexidade e se queremos ter níveis de gestão rigorosos e apontados para maior equilíbrio em termos financeiros possível. Tem que ter uma lógica de gestão que nos permita integrar um conjunto de valências, nomeadamente nestas três áreas (infra-estruturas, actividades), que são as duas grandes áreas da empresa e naturalmente ao nível dos utilizadores, temos que ter um sistema que nos permite controlar, eu diria on-line (dia-a-dia) aquilo que se passa em cada uma

das infra-estruturas, o que se passa ao nível de cada uma das actividades, aquilo que se passa com os próprios utilizadores, com as suas preferências, onde é que eles estão, em que sítio de infra-estruturas é que eles estão, onde é que entram , onde é que consomem, etc. Basicamente a ideia é criar aqui um elemento agregador, um elemento que possibilite neste caso às pessoas utilizar e usufruir das infra-estruturas e das actividades que possam ser dinamizadas, e portanto esse elemento agregador para nós é aquilo que chamamos o cartão, um conceito que hoje já é conhecido, que será um cartão que terá um conjunto de valências, de chips, etc. Terá um conjunto de informação, que já vamos ver a que níveis é que isso poderá ser utilizado. Este cartão em termos de valências o que é que pretendemos? Naturalmente que ele sirva para o praticante, para aquele que quer ir à piscina, estádio, pavilhão, poder entrar, ser registado e nós sabermos quem é que entrou, a que horas e para quê? Para que aula, actividade, etc. Temos a possibilidade de perceber, a movimentação dos praticantes, sócios dos clubes, isto é, podemos ter aqui naturalmente uma articulação, porque é obrigatória, porque eles são um dos principais utilizadores das infra-estruturas. Com os clubes e com os seus utentes, sócios, as pessoas que de alguma forma via clube entram nas instalações municipais. Ao nível da identificação da segurança, isto é, o controlo de acesso às infra-estruturas desportivas, permitir que determinadas pessoas possam aceder naquela hora e não noutra, porque só têm actividade naquela hora, têm que trabalhar naquela hora, só têm que ir utilizar determinado espaço naquela hora, permite-nos



disciplinar de alguma forma a utilização das infra-estruturas, o acesso aos camarotes no caso do estádio, enfim uma série de aspectos ligados à identificação e à segurança que para nós são fundamentais. Neste cartão pretendemos que também tenha a possibilidade de funcionar como um smart-card, como um PMB, como um cartão que é possível pagar, no bar, no estádio, piscina, restaurante pavilhão, etc.

Ao nível dos parques de estacionamento que vão ser criados nalgumas das infra-estruturas, no estádio ao nível da aquisição de entradas para os próprios espectáculos que a Leirisport venha a promover, tudo aquilo que possa ser espectáculo e actividade ou evento pontual via internet, via telefone, localmente em máquinas individuais, tudo isto é possível com o cartão. A possibilidade inclusive de forma negociar com alguma área de comércio, termos possibilidade ou os utentes terem descontos, com as chamadas facilita a nível de seguros, artigos desportivos, bancos, supermercados e mesmo a nível do Euro 2004. Estamos de alguma forma a trabalhar para ver o que é que é possível nesta área negociarmos com algumas entidades. Estamos a ver até que ponto é que o cartão, em alargar o seu âmbito de intervenção ao espaço universitário, (temos cerca de 7 000 estudantes no Politécnico) temos já uma dimensão em termos de estudantes e estamos a tentar perceber até quando é que o cartão poderá ou não vir também a integrar uma componente de utentes universitários onde poderão e serão também utilizadores das nossas actividades e frequentadores dos eventos. A Leirisport está também a tentar como autarquia que o cartão sirva em termos de município um conjunto de utentes quer

ao nível dos transportes públicos, ou de alguns serviços que a autarquia preste, isto é, permitir que com maior facilidade se consulte o processo de obras, se pague a taxa de isto ou daquilo, um conjunto de serviços que a própria autarquia entenda que é possível, ou que é desejável que o utente tenha maior facilidade em satisfazer. E por último eventuais programas na área da saúde, que estamos também a preparar no seio da Leirisport, nos ginásios, clínicas. Esta é uma lógica que dentro do mesmo cartão poderá funcionar, isto é, o utente com um único cartão poderá vir a ter eventualmente todas as facilidades.

2ª Área:

Modernização das infra-estruturas desportivas. Aqui está sobretudo a remodelação do estádio de Leiria, isto é, uma imagem actualizada do estádio.

O estádio tem uma localização no parque desportivo da cidade, uma zona desportivo no centro da cidade, na margem direita do rio Liz, junto ao rio, no supé da clima do castelo, isto é, do estádio é possível ver o castelo.

O novo estádio vai ter 30 000 lugares sentados, mas não vão ser permanentes depois do Euro 2004, porque nós fizemos aqui uma alteração já com o decorrer do projecto (projecto do Arq. Tomás Taveira), mas entendemos que devia-mos fazê-la, para bem quer do projecto, quer do futuro estádio. Uma das bancadas com cerca de 5 000 lugares será amovível e temporária, que depois do Euro 2004, será amovida e o estádio ficará só com 25 000 lugares, isto á custa da remoção do topo norte. Estádio coberto, pelo menos 3/3, a pista de atletismo, ficará com 655 lugares destinados á imprensa, com uma zona vip com cerca de 300 lugares,



com 40 camarotes para empresas, 2 restaurantes (um na bancada poente e outro na bancada nascente), a loja do clube, espaços administrativos e novas instalações de apoio para praticantes. O edifício do topo norte, terá um centro de lazer (cinemas, boling, café, etc.), este mesmo edifício terá 3 espaços de estacionamento por baixo, com cerca de 40 lugares, para servir todo este complexo, e não só (todas as zonas).

O que é que importa aqui referir em termos do estádio e da sua remodelação? É claramente a mudança de conceito daquilo que se pretende que seja o estádio neste momento. Antes era claramente um estádio para a prática desportiva e portanto sem mais nenhuma valência, hoje pretende-se que seja um espaço de promoção de espectáculos, antes era uma infra-estrutura desportiva, hoje eu diria que o estádio é um centro de negócios, onde também se joga futebol, atletismo, é um espaço de espectáculos, comércio, lazer e o conceito não é mais aquele que tinha-mos anteriormente. O estádio, era uma estádio para desportistas, hoje é mais do que isso, é também para espectadores. Os níveis de conforto, comunidade, segurança, etc., que não existiam, vão passar a existir e portanto a melhoria das condições para os praticantes, também vai acontecer, mas vão também acontecer também significativas mudanças para os espectadores, que é efectivamente isso de alguma forma faltava aos estádios portugueses. O espectador simpatizante passou a ser, ou vai passar a ser também espectador cliente, cada vez mais perspectiva é que quem vai ao estádio, vá numa expectativa de espectador de consumo, que crie mais valias, alguns financiamentos, quer

para o clube, quer para a própria infra-estrutura se manter. Passamos para um espectador um pouco exigente, que vai ao estádio e quer conforto, segurança, comodidade, consumir, bons espaços de convívio, etc. Não vais ser mais aquele que se contentava com um lugar de cimento e uma barraca cá fora a vender uns coratos. Antes tinha-mos um estádio que o objectivo era ter a maior lotação possível. Hoje ou futuro pretende-se que tenha uma lotação otimizada, em que as pessoas tenham o seu lugar sentado. Antes tinha um encargo que era autárquico, hoje pretende-se que o estádio depois desta remodelação seja não só auto-sustentável, como de preferência gere também algumas mais valias que possam eventualmente vir a acontecer as sua optimização, da sua utilização. Para a comunicação social uma melhoria das condições.

3ª área:

Requalificação urbana: 80 hectares de área a requalificar. Novo conceito de cidade desportiva, não é mais possível no nosso entender se queremos ter infra-estruturas com maximização de utilização. Infra-estruturas cada vez menos dependentes dos orçamentos municipais, não é possível ter mais um conceito de cidade desportiva ou espaço desportivo em que temos zonas desportivas, zonas verdes e mais nada, isto é, um conceito que não é mais o nosso. O nosso conceito é mais o de que tem que haver aqui um mix claramente de equipamentos de diversas áreas e novos equipamentos (não só na área desportiva). A requalificação urbana vai permitir alargar a zona desportiva e de equipamentos desportivos que existe. Vamos para além do que existe dimensionar essa área, vamos aproveitar mais



terrenos, para expandir a construção de alguns espaços desportivos e de lazer, novos equipamentos sociais. Temos que incluir aqui (e aqui está o mix), as pessoas que poderão ser os potenciais utilizadores das infra-estruturas, estamos a falar em pólos escolares. Ter novas acessibilidades quer de pormenor, quer daquelas mais estruturantes, que o estádio tem a responsabilidade de fazer. Este pormenor custará cerca de 10 milhões de euros, teremos parques de estacionamento (2 500 lugares subterrâneos), divididos por diferentes espaços.

4ª área: Turismo

Promoção de Leiria através do Euro 2004. Basicamente adopção de novas estratégias de promoção e abertura a novos mercados turísticos. Penso que será uma das principais vantagens do Euro 2004. É a vinda de eventualmente de novos mercados, novas pessoas de outros países que poderão à custa do Euro 2004 vir como argumento a frequentar e a usar a nossa região. Novos hotéis, (melhorados, outros construídos), melhores ofertas. Campismo que vai ser alvo de alguma remodelação, modernização, com novos equipamentos, e tentativa de passarmos de três para quatro estrelas. Em termos de qualidade, porque pensamos que o parque de campismo vai ser uma das infra-estruturas mais utilizadas. As pessoas vêm a Portugal ao entendimento que já existe. Claramente Portugal é um país de férias, de turismo. As pessoas não

vêm só para o Euro 2004, vêm também para fazer turismo, e temos que estar preparados minimamente para lhes oferecer as condições. Muitas delas viram de uma Europa próxima, com as suas caravanas e auto caravanas, e portanto teremos que ter espaços próprios para isso.

Resumindo ideias chaves importantes para nós que nos servem de orientação, conceitos, ideias. Leiria percebeu a oportunidade e decidiu receber o Euro 2004.

Com o Euro 2004 está a haver a possibilidade de anteciparmos, calcularmos entre 10 a 15 anos a realização de alguns investimentos estruturantes, de outra forma não seria possível fazer no espaço de três anos, isto é, 2001, 2002, 2003. O Euro 2004 para nós é claramente sinónimo de estímulo para o incremento da qualidade do futebol em Leiria, e esperamos que assim seja, e tem que ser assim se não perderia-se uma oportunidade de ouro, excelente.

Outra ideia chave para nós claramente a criação de fluxos financeiros externos, à custa do turismo, das equipas que vêm cá jogar, da organização que está de alguma forma a deslocar-se para Portugal. E portanto tudo isto vai com certeza trazer novos fluxos financeiros para Portugal e para a região. A criação de uma imagem positiva da cidade, esta é uma preocupação também nossa. Procurar a auto estima da população, que a população cinta que ao envolver-se no Euro 2004, proporcionar um bom evento, saíra com certeza valorizada.

CONFERÊNCIA NACIONAL
Que intervenção das autarquias no desporto?



Resumos



RESUMO

O Social e o Político das Autarquias Locais

António Modesto Navarro

Deputado da Junta Metropolitana de Lisboa

O Desporto como questão cultural e social. Visão integrada da actividade das Autarquias Locais. O direito às condições de vida materiais, às transformações físicas e concretas nos concelhos e freguesias; a ligação dessas actividades ao desenvolvimento de condições para a fruição e criação populares.

Os erros cometidos, nomeadamente por ausência de políticas desportivas e culturais; os perigos de isolamento

desta ou daquela área (o desporto, cultura, etc); a necessidade de uma articulação e interpenetração das diversas áreas (físicas e espirituais) da actividade autárquica. Papel do poder central nas dinâmicas locais e regionais ou a sua ausência no que é essencial, nas áreas de desporto, da cultura, da afirmação e transformação dos concelhos e regiões, sejam do litoral ou do interior do país.



RESUMO

As Autarquias e o Apoio ao Movimento Associativo

Artur José Simões Martins

Presidente da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura,
Recreio e Desporto

Poder Local e Movimento Associativo têm alguns objectivos em comum, desde logo destaca-se a preocupação com a melhoria da qualidade de vida das populações;

Apoio indesmentível das Autarquias Locais ao Movimento Associativo, sem esse apoio a situação da actividade física e a prática desportiva ainda seria mais desesperante.

Alguns aspectos desse apoio: parque desportivo; planos de desenvolvimento desportivo e apoio logístico e de funcionamento, em alguns casos fundados em critérios plasmados em regulamentos;

Mas temos o que designamos os "3 pecados" do relacionamento Poder Local / Movimento Associativo, que não sendo generalizados ainda subsistem com apreciável evidência: apoios insuficientes, sem o devido esclarecimento; tentativas de submeter o Movimento Associativo aos interesses das Autarquias e substituir-se ao Movimento Associativo;

Necessidade de se melhorar o relacionamento do Movimento Associativo com os Poderes, desde logo com as Autarquias, nosso parceiro privilegiado e também com o

Poder Central dadas as suas amplas responsabilidades, também nesta matéria;

Na área da actividade física, da prática desportiva e do lazer tem a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio grande interesse e alguma responsabilidade;

A mobilização do Movimento Associativo para o desenvolvimento destas vertentes é uma necessidade imperiosa a que temos de responder;

Nos finais de 2001, avançamos com os Jogos Tradicionais das Colectividades - 2002, constituindo-se como um primeiro passo na defesa e salvaguarda da nossa cultura mais genuína, também aqui se contou com algum apoio do Poder Local;

Na actualidade temos em mãos um grande projecto, de índole nacional, em parceria com a Clínica Harmonia (entidade privada), que segue as recomendações da Organização Mundial de Saúde que designou o ano de 2002 como o Ano Internacional da Actividade Física e Lazer e que designamos por Campanha "AGITA PORTUGAL, pela sua saúde mexa-se";

Obviamente que esta Campanha só terá o necessário êxito com a participação efectiva e muito activa do Poder Local e do Movimento Associativo, por forma a dinamizarem a colaboração estreita de outras entidades dos vários sectores do País para que se atinjam amplas camadas da população; O êxito desta Campanha passa pela alteração substancial do panorama da actividade física em Portugal.



RESUMO

As Autarquias e o Apoio ao Movimento Associativo

Carlos Cardoso

Presidente da Confederação do Desporto de Portugal

A preocupação revelada, sobretudo ao longo das duas últimas décadas, pelos órgãos autárquicos para com as actividades desportivas das populações, leva-me a considerar ser impossível abordar o papel das autarquias no sistema desportivo português sem equacionar o próprio modelo desportivo existente no nosso país.

Muito embora o desporto nunca tenha ocupado na nossa cultura de cidadania no lugar de destaque, mercê sobretudo do modo como a sua (não) prática e (não) disseminação foi tratada ao longo de grande parte do século XX, a verdade é que o pós revolução criou uma apetência crescente dos cidadãos para as práticas desportivas.

O "desporto" de bancada, a prática mais corrente até aos anos setenta, rendeu-se, primeiro, ao atletismo popular, e depois a outras modalidades, criando apetência nos

cidadãos, a que o movimento associativo desportivo não conseguia responder plenamente, acabando aqueles por encontrar nas autarquias a resposta a esses novos anseios. Este foi apenas o princípio. Há medida que as autarquias foram sendo responsabilizadas pela construção e manutenção de equipamentos básicos para o quotidiano dos seus cidadãos, as instalações desportivas, algumas de qualidade duvidosa, começaram a ocupar espaços nobres na paisagem urbana.

Daqui a um importante apoio às actividades do movimento associativo foi um curto passo.

O apoio ao desporto até aí baseado nos subsídios governamentais às federações desportivas, encontrou um novo aliado, mas um aliado virado para eventos desportivos e sobretudo para o auxílio aos clubes locais.

Numa altura em que muitos advogam que o modelo desportivo nacional, assente no estado providência (leia-se governo central) como suporte das actividades do movimento associativo desportivo, está esgotado, o papel a desempenhar pelas autarquias revela-se fundamental.



RESUMO

Apoyo al Deporte Municipal desde la Diputación de Badajoz

F. Javier Bodas Larrayoz

Director del Área de Cultura y Acción Ciudadana

Domingo Casado Galán

Jefe de Servicio de Actividades Culturales y Deportivas

Diputación de Badajoz

Partiendo del mandato constitucional, en el que se ordena a todas las instituciones públicas facilitar el acceso a la práctica deportiva a todos los ciudadanos, reflejamos de qué manera una institución del ámbito de la Administración Local, como es la Diputación de Badajoz, trata de llevar a cabo este mandato constitucional, desarrollado en la Ley del Deporte de Extremadura, en el ámbito concreto de las competencias, condiciones y posibilidades reales de los municipios de su provincia. Para finalizar desarrollamos la actuación en materia deportiva de un municipio de la provincia de Badajoz: Navavillar de Pela.



RESUMO

Que intervenção das autarquias no desporto?

Firmino Paixão

Jornalista

1- As Rádios Locais, a sua intervenção no seio das populações e a colaboração dos Municípios.

1.1 - O processo de formação das emissoras locais de radiodifusão e a intervenção dos eleitos locais.

1.2 - Cronologia do período de transição das emissões ilegais (rádios piratas) para o processo de legalização e expansão das emissoras.

1.3 - O processo de aprendizagem: formação de opinião, o comentário, a análise crítica, e os seus reflexos junto dos receptores.

1.4 - O processo de criação/formação da rede de colaboradores e correspondentes e os meios técnicos disponíveis.

2 - A imprensa escrita regional - funcionamento e os meios de sobrevivência.

2.1 - A sobrevivência da imprensa regional.

2.2 - Apoio logístico das Autarquias.

3 - A outra Imprensa (conceito oficial de imprensa - imprensa editora e imprensa comercial).

3.1 - Imprensa Associativa e a Imprensa Empresarial.

3.2 - Imprensa Autárquica/O Boletim Municipal.

4 - Estatuto do Jornalista de Autarquia.

4.1 - A especificidade da profissão.

4.2 - A dependência/independência do poder dominante.

5 - O Poder Local e o meio desportivo e as expectativas da comunicação social.

5.1 - Avaliação dos níveis de ansiedade das populações.

5.2 - Construção de infra-estruturas.

5.3 - Promoção de iniciativas.

5.4 - Formação de técnicos.

6 - O Poder Local e o relacionamento institucional com os Clubes/ Associações/Federações.

6.1 - O aproveitamento dos espaços desportivos com fins promocionais.

6.2 - Celebração de protocolos.

6.3 - A subsídio/dependência.



RESUMO

Desporto Escolar: Voluntarismo ou Sistema?

Francisco Sobral

Professor Catedrático

Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física

Universidade de Coimbra

Revisão das atitudes dominantes em relação ao Desporto Escolar:

- a) Na perspectiva dos professores, das Escolas e do Sistema Educativo;
- b) Segundo as expectativas do sistema desportivo federado;
- c) No âmbito das atitudes e das competências específicas das autarquias.

Realizações e fragilidades do Desporto Escolar.

O desporto Escolar como tributário das opções do Sistema Educativo e do projecto de Escola.

Constrangimentos de natureza cultural, material e demográfica à consolidação do Desporto Escolar.

Perspectivas de reforma e optimização do Desporto Escolar: Actuação sinérgica do Sistema Educativo e Desporto Federado, do movimento associativo, do Poder Local e das Famílias.



RESUMO

Associativismo Desportivo

"O Papel das Autarquias no Desporto de Alta Competição"

José Vicente Moura

Presidente do Comité Olímpico de Portugal

Importa assinalar que o renascimento dos Jogos Olímpicos e a sua progressiva importância social, cultural e económica foram o catalisador da aglutinação de cidadãos e povos em todo o mundo, em torno de um belo ideal.

Este fenómeno originou, nos finais do século XIX e princípios do século XX, a criação de pólos desportivos atractivos para as comunidades, constituindo a época de ouro do associativismo desportivo, correspondendo ao desejo da prática desportiva lúdica e competitiva.

Correspondendo à melhoria de qualidade de vida, nomeadamente com a redução dos horários de trabalho, assiste-se à proliferação de recintos desportivos, destinados a comportarem o crescente número de praticantes e corresponderem às exigências da competição, não já na esfera patrimonial dos clubes, mas em larga escala no âmbito do Estado.

Em Portugal, com o advento da democracia e a conquista de duas medalhas nos Jogos Olímpicos de 1976, em Montreal, o poder político desperta, finalmente, para a verdadeira dimensão do desporto, enquanto meio primordial de afirmação e projecção do país além fronteiras e factor de auto-estima dos portugueses.

Nessa época, ainda os nossos principais clubes pontificavam no panorama desportivo português, mas tornar-se-iam evidentes os sinais de crise que vão minando a sua estrutura e sustentação.

Paulatinamente, os clubes vão-se transformando em sociedades comerciais. Os resultados de exploração e os passivos acumulados são, tendencialmente, inversamente proporcionais à diversidade de modalidades que praticam e às taxas de ocupação das infra-estruturas pelas actividades não potenciadoras de retorno do investimento. Quanto menos actividades tiverem, crescerão as probabilidades de auto-financiamento sustentado.

A sustentabilidade dos Clubes passa obrigatoriamente pela assunção por parte do Estado das suas responsabilidades constitucionais e na observância dos princípios emanados da Lei de Bases do Sistema Desportivo que, na alínea c) do artigo 2.º, preconiza o reconhecimento do papel essencial dos clubes no contexto desportivo do País.

Com efeito, a Lei de Bases do Sistema Desportivo, define, claramente, o seu objectivo de "promover e orientar a generalização da actividade desportiva", como "factor cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade".

A municipalização das instalações desportivas, tornando mais fácil o acesso das populações à actividade de formação e de lazer, com custos não significativos, é, de facto, a maior contribuição das Autarquias para o desenvolvimento da cultura e do desporto no espaço concelhio.

O desporto, graças sobretudo ao trabalho das Autarquias e ao empenhamento do Associativismo Desportivo, vem



progredindo de forma razoável, sendo inequívoco o aumento do nosso nível competitivo.

Revitalizar e apoiar os Clubes e o Associativismo Desportivo do seu município constitui ainda uma obrigação inalienável, uma vez que os apoios, são sempre altamente potenciados graças ao trabalho benévolo de dirigentes e técnicos. É aqui e só aqui, em nosso entender, que a Autarquia deve intervir ao nível da alta competição.



RESUMO

Conferência Nacional: Que Intervenção do desporto nas Autarquias?

Luis Mourinha

Presidente da Câmara Municipal de Estremoz

Responsável pelo Desporto no Conselho de Administração da Associação dos Municípios do Distrito de Évora

O desporto é hoje referido por alguns autores, como um dos fenómenos sociais mais importantes no séc. XX e obviamente que, também a evolução que o desporto viveu, entre nós, desde o 25 de Abril, representou para o nosso país um factor importante para o desporto nacional.

É fundamental que as nossas preocupações, quando falamos da relação "desporto - autarquia" devam ter por base a dimensão social e política do desporto, circunscrita ao seu espaço municipal.

É por todos reconhecido o papel importante que o Poder Local tem assumido como dinamizador e apoio à prática desportiva. Vivemos hoje uma realidade diferente, quer ao nível local - junto do movimento associativo, escolas e população em geral - quer na construção de equipamentos

desportivos e organização e/ou cooperação de grandes eventos desportivos.

Hoje o desporto afirma-se cada vez mais ao nível local e regional como:

motor de "desenvolvimento económico"

factor de "identidade cultural"

vector importante na "formação entre gerações".

O desporto desempenha cada vez mais uma função múltipla. É importante reflectir sobre também, às atribuições, e competências das Autarquias Locais recentemente expressas na Lei e através das quais "já vão sendo claras", porém já não podemos dizer o mesmo dos meios disponíveis para a sua concretização.

É urgente a definição de uma Política Desportiva onde os Princípios, os Objectivos, os recursos, a definição de Projectos e Planos de acção devem evidenciar as preocupações da orientação política para o desporto, seja ela para o Município, para a região ou para país.



RESUMO

As Autarquias e as Sociedades Anónimas Desportivas

Paula Castro

Advogada

Num tempo em que o desporto é cada vez mais um espectáculo mediático.

Numa época em que a vertente comercial se estende imperturbável pelas mais diferentes áreas da vida social.

Num espaço em que os acontecimentos se sucedem a um ritmo vertiginoso.

As Sociedades Anónimas Desportivas (SAD) são, sem margem para dúvidas, um fenómeno inovador que vale a pena conhecer e aprofundar.

É este, pois, o desafio a que nos propomos - dar a conhecer algo que ocupa actualmente um espaço de expectativa no quadro do desporto português. Um acontecimento, evolutivo (ou não), que se reveste de características próprias e desiguais em função do país onde é aplicado - o regime das SAD.

Qualquer análise conta com a vertente da experiência pessoal, é difícil, portanto, observar e avaliar, o que quer que seja, de uma forma perfeitamente distante e imparcial.

É este no fundo a realidade e a magia de uma análise.

É este o conflito de quem pretende transmitir informação sem impor uma ideia.

E é finalmente este, o estímulo que se renova em cada exposição pública que se faz.

As SAD apresentaram-se, no programa do desporto português, e do futebol em particular, como uma completa incógnita em termos de funcionamento e viabilidade.

Alguns clubes deram já um passo em frente no sentido de institucionalizarem esta opção, com resultados susceptíveis de diferentes análises.

De qualquer modo, aquilo que importa salientar é a abrangência do diploma que rege o regime jurídico das SAD - Dec_Lei nº 67/97, de 3 de Abril, e que tem como suporte a Lei de Bases do Sistema Desportivo, Lei nº 1/90, de 13 de Janeiro, e, designadamente, a possibilidade que criou de participação das autarquias no capital social das sociedades desportivas dos clubes desportivos que optarem por esta formalização.

As SAD são, fundamentalmente, à luz do diploma em referência, um novo tipo de sociedades, regidas subsidiariamente pelas regras aplicáveis às sociedades anónimas, mas com diversas especificidades decorrentes, sem dúvida, das exigências particulares da actividade desportiva, que constitui o seu principal objecto.

O objectivo a que nos propomos é o de esclarecer e desmistificar esta matéria.



LISTA DE PARTICIPANTES

Associação de Andebol de Évora
Associação de Atletismo de Évora
Associação de Futebol de Évora
Associação de Municípios do Distrito de Setúbal
Associação de Municípios do Norte Alentejano
Câmara Municipal de Abrantes
Câmara Municipal de Alandroal
Câmara Municipal de Alandroal
Câmara Municipal de Albufeira
Câmara Municipal de Albufeira
Câmara Municipal de Alter do Chão
Câmara Municipal de Alter do Chão
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
Câmara Municipal de Arraiolos
Câmara Municipal de Arraiolos
Câmara Municipal de Arraiolos
Câmara Municipal de Arraiolos
Câmara Municipal de Avis
Câmara Municipal de Avis
Câmara Municipal de Avis
Câmara Municipal de Azambuja
Câmara Municipal de Borba
Câmara Municipal de Borba
Câmara Municipal de Borba

Joaquim Alexandrino Cabral
Carlos Alberto Gião Reforço
João António Neves Inverno
Joaquim Carlos Coelho Tavares
Carlos Manuel da Encarnação Nogueiro
Manuel Jorge Seneca da Luz V. Dos Reis
António Jeremias Briôa Nabais
Jorge Canhoto
Maria de Jesus Patacão Rodrigues
Carlos Miguel Abreu Gradiz Coimbra
Rui Manuel Lopes
Hélder Sancho
José F. F. Garcia de Vargas
Maria Paula Macedo da Silva Aguiar
Nelson Henrique da Silva Coelho
António Antas
Márcio Cascalho
Maria Helena Calado
Maurício Miguel
Feliz Martins de Almeida Valeiro
João Luís Pego Filipe
José João Correia Guilherme
Marco António Leal
Humberto Luís Russo Ratado
Luís Carlos Pires Paixão
Verónica Aires Pereira



Câmara Municipal de Castelo de Vide
Câmara Municipal de Castelo de Vide
Câmara Municipal de Constância
Câmara Municipal de Constância
Câmara Municipal de Covilhã
Câmara Municipal de Cuba
Câmara Municipal de Cuba
Câmara Municipal de Évora
Câmara Municipal de Évora
Câmara Municipal de Évora
Câmara Municipal de Évora
Câmara Municipal de Faro
Câmara Municipal de Faro
Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo
Câmara Municipal de Funchal
Câmara Municipal de Grândola
Câmara Municipal de Lagos
Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal de Loulé
Câmara Municipal de Loulé
Câmara Municipal de Lousã
Câmara Municipal de Marvão
Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

João Manuel Videira Caldeira
José Leandro Figueira
Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim
Luís Fernando Mira Correia
Joaquim António Matias
Francisco Manuel Carapuça Fitas
Luís Maria Santa Rita
Joaquim Manuel Soares de Oliveira
José Bugalho
José Maria Lopes Costa Conde
Nuno Maria Piçarras Gaspar
José Alberto Antão Xarepe
Paulo Jorge Neves dos Santos
Henrique Manuel Cuiça
Duarte Nélio Dias de Oliveira
Margarida Moreno Silvestre
Maria Paula Dias da Silva Couto
Ana de Freitas Eira de Souto
António Augusto Afonso Vilela
António Augusto Martins Barata
Luís Paisana Grosso
Miguel Alexandre Almeida Pacheco
Cláudia Isabel Martins Santos
Leonel José Miguel da Silva
Luís Miguel Correia Antunes
Luís Manuel Maças Costa
Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
Francisco Duarte Peixe Martins



Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
Câmara Municipal de Montijo
Câmara Municipal de Mora
Câmara Municipal de Mora
Câmara Municipal de Moura
Câmara Municipal de Moura
Câmara Municipal de Nelas
Câmara Municipal de Odemira
Câmara Municipal de Odemira
Câmara Municipal de Palmela
Câmara Municipal de Palmela
Câmara Municipal de Palmela
Câmara Municipal de Portel
Câmara Municipal de Portel
Câmara Municipal de Portel
Câmara Municipal de Portel
Câmara Municipal de Portimão
Câmara Municipal de Portimão
Câmara Municipal de Redondo
Câmara Municipal de Redondo
Câmara Municipal de Redondo
Câmara Municipal de Redondo

Francisco José Bento Salgueiro
João Marques
José Augusto R. Lopes
Luís Miguel Fonseca Ferreira
Rui Miguel Lopes Simões
Sandra Maria Pinto Farrica
Rui Daniel Xavier Mourinha
António Luís Fernandes Carlos
Rui Manuel Ventura Fortio
João Miguel Rebelo Socorro
José Manuel Valente Pelica
Sónia Soares Baptista
João António Charrua Barros Silva
Miguel Pedro Simões da Silva Neves
Eduardo Borges Pereira
José Serra da Graça
Maria Teresa Ramos Dias
Isa Alexandra Caeiro Farinha
José Francisco Pestana Adivinha
José Manuel Clemente Grilo
Vítor Nascimento
Ana Isabel Felícia Mendes L. Ferreira
Joaquim Paulino Pacheco Duarte
Bruno Pacheco
Jerónimo Veigas
Joaquim Saldanha
Luís Faleiro
Pedro Roque



Câmara Municipal de S. Brás de Alportel
Câmara Municipal de Serpa
Câmara Municipal de Serpa
Câmara Municipal de Sines
Câmara Municipal de Silves
Câmara Municipal de Tábua
Câmara Municipal de Tavira
Câmara Municipal de Tavira
Câmara Municipal de Torres Vedras
Câmara Municipal de Vendas Novas
Câmara Municipal de Vendas Novas
Câmara Municipal de Vendas Novas
Câmara Municipal de Vendas Novas
Câmara Municipal de Vendas Novas
Câmara Municipal de Vendas Novas
Câmara Municipal de Viana do Alentejo
Câmara Municipal de Viana do Alentejo
Câmara Municipal de Vila Real
Câmara Municipal de Vila Viçosa
Câmara Municipal de Viseu
Clube de Ténis de Montemor-o-Novo
Dirigente
Dirigente Desportivo
Docente
Escola Superior de Educação de Beja
Estudante
Estudante
Estudante

Vítor Manuel Martins Guerreiro
António Manuel Correia Baião
Fernando José Horta Mosca
José Manuel Paulino Barambão
Nuno Miguel Alexandre Cabrita
Francisco Ivo de Lima Portela
Hélder José Fernandes Leal
José Eduardo Palmeira Costa
Bruno Manuel Ferreira Vitorino
Elisabeth Emília Simão Caldeira Viseu
Luís Filipe Palma F. Perdigão
Maria do Carmo Serrudo Mareco Marques
Maria Genoveva Pardal Pesseto Amaro
Nuno Manuel Rosado Branco
Rafael Pardal Varela
Joaquim Filipe Bacalas
Jorge António M. L. Bagão
Domingos José M. Madeira Pinto
Inácio José Ludovico Esperança
Tiago Filipe Paiva F. Gomes de Freitas
Cristina Reis
Rui Miguel Leitão Barata
Fernando Manuel dos Santos
José Daniel Pena Sagio
Paulo Jorge Bento S. da Costa Leitão
Luís Filipe de Sousa Esteves Rodrigues
Nuno Ricardo Pinho Queirós
Nelson Hugo Carrapiço Diabinho

CONFERÊNCIA NACIONAL

Que intervenção das autarquias no desporto?



Estudante Educação Física

Gianima

Gianima

Gianima

Instituto Nacional do Desporto

Instituto Politécnico de Beja

Junta de Freguesia Sé e São Pedro

Núcleo de Árbitros de Estremoz

Prof. Educação Física

Prof. Educação Física

SFUAP

Técnico de Andebol

U. D. Vila Franquense

Universidade da Beira Interior

Luís Miguel Morgado Macedo

Arlindo Lopes

Ernesto Faria

Joaquim Santiago

José Alberto Leal Fateixa Palmeiro

Jorge Miguel Lopes Raibaças

Bernardino José Grilo Silva

Luís Manuel Botas Eustáquio

Fernando Manuel Anastácio Ferreira

Paulo Fernando da Costa Sá Aguiar

Pedro Carlos Calvino Monteiro

João Lourenço Santos Pires

Paulo Jorge Pereira M. de Sousa

Sílvia Cristina Carrasquinho Redondo